

PT: campanha contra Lei de Segurança Nacional

pág. 5

Ernest Mandel exclusivo: prá onde vai a Polônia

págs. 16 e 17

EM TEMPO:

QUINZENÁRIO NACIONAL • ANO IV • Nº 122 • 5 A 19/2/81 • Cr\$ 40,00

16 de fevereiro: Tribunal Militar julga sindicalistas do ABC

VÃO CONDENAR O LULA?



Política

CLT & LSN
O AI-5
ainda não
caiu para os
trabalhadores

A estrutura sindical brasileira já foi chamada, por alguns sindicalistas, como o AI-5 do trabalhador. E realmente ele é uma das mais dignas, completas e ferrenhas sucessoras das legislações escravagistas. Desde o começo do século, aliás, as leis sobre o trabalho assalariado estão vinculadas à chamada segurança do país, chegando a se realizar, em 1935, várias manifestações do movimento operário e sindical contra a Lei de Segurança Nacional então vigente.

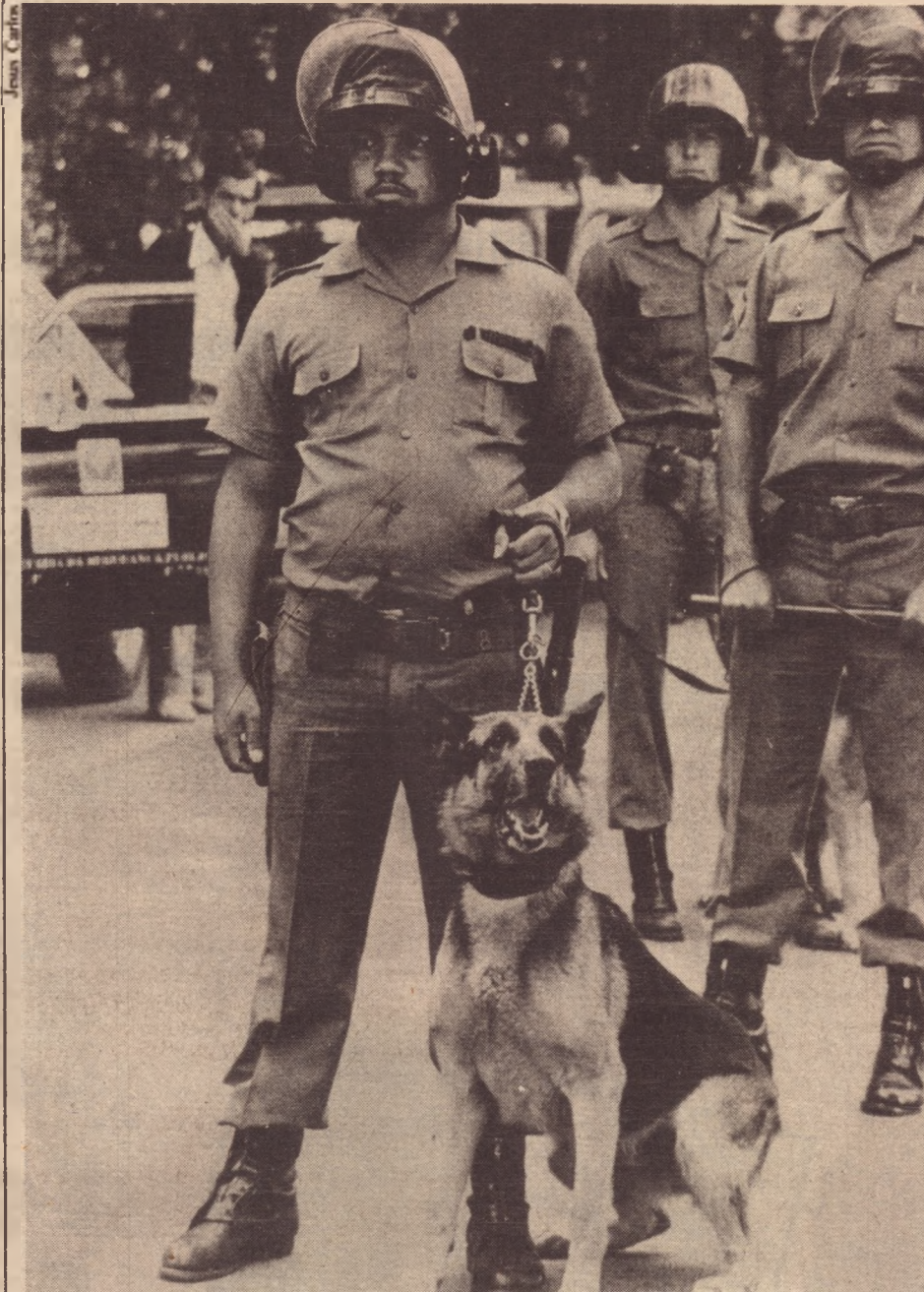
O fato é que os sindicatos estatais estão organizados no Brasil de modo a estender os deveres sobre todos os trabalhadores. Todos pagam as contribuições obrigatórias. Em troca, são concedidos alguns limitados direitos a uma também limitada faixa de associados das entidades, a faixa dos que pagam mensalidades. Os sindicatos, por lei, detêm o monopólio da representação dos empregados diante dos patrões, principalmente nas questões salariais. Mas só podem votar nas suas decisões os associados.

A própria existência legal de um sindicato está subordinada ao reconhecimento do Ministério do Trabalho, que concede a chamada "carta sindical". Para conseguí-la, a entidade deve dispor dum estatuto composto segundo um padrão que procura introduzir, dentro do próprio regulamento interno, as limitações da Lei de Segurança Nacional de 1969 e da legislação complementar posterior. Aliás, a própria CLT se antecipou à LSN, fazendo jus ao apelido. Ela afirma a "proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação" (Artigo 521, V, II). Com a maior cara de pau, mais além se afirma que a carta sindical será cassada quando a entidade criar "obstáculo à execução da política econômica adotada pelo governo". Como é evidente, as "instituições e interesses da nação", assim como a "política econômica do governo" estão acima qualquer suspeita.

Mas não é só aí que a CLT compete com a LSN em rigor. Determina que será afastado do cargo o dirigente sindical que "publica e ostensivamente, por atos ou palavras, defenda princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional e cujo registro haja sido cancelado ou que tenha tido seu funcionamento suspenso por autoridade competente". A LSN apenas "aperfeiçoa" o conceito de crime contra segurança nacional, afirmando que a atividade subversiva pode se dar também de forma "dissimulada". É por essas e outras que já se disse também que essa legislação pode ser substituída por duas frases: "Vale tudo. Decide o general de plantão".

dia 16, na justiça militar
**A classe operária
no banco dos réus**

Por Regis Moraes, Elvira Oliveira e Juez Guimarães



Uma acusação forjada

Onde um procurador, talvez envergonhado, pede o seu afastamento da função de acusação, e o novo substituto, ao que tudo indica, nem sequer teve o trabalho de ler o processo antes de pedir a condenação.

Como peças de um quebra-cabeças que vai sendo pouco a pouco montado, o processo contra Lula e seus doze companheiros veio sendo pacientemente trabalhada pelo governo nos últimos meses. A começar pela oposição em transferir o processo com pressuposto na lei de greve para a Lei de Segurança Nacional, de um tribunal civil para um tribunal militar. Contra esse encaminhamento, o advogado dos acusados, Luís Eduardo Greenhalg, impetrou um recurso no ano passado mas, sem sucesso.

Igualmente revelador foi o afastamento, por motivo de férias, do procurador titular da Justiça Militar, Décio Gomes de Araújo, às vésperas do julgamento. De acordo com informações que circulavam em Brasília, o procurador estaria indeciso mesmo quanto à correção do enquadra-

mento dos líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional.

A medida que, no entanto, melhor aplaina o caminho da condenação foi a tomada pelo novo procurador, José de Freitas Júnior, ao acrescentar mais uma possibilidade de condenação reclamando o enquadramento dos acusados também nas penas do artigo 42 que reza sobre o "crime de propaganda subversiva". O artigo 42, ao permitir a condenação sob penas mais leves (este artigo prevê penas de um a três anos de reclusão enquanto a condenação pelo artigo 36, por "crime de incitamento à desobediência coletiva das leis", prevê penas de dois a doze anos de detenção), ao mesmo tempo que suaviza a decisão para os juízes da auditoria militar e do Supremo Tribunal Militar, se encaixa melhor nos propósitos governamentais de cassar os direitos políticos de Lula com um mínimo de desgaste interno e de repercussão externa.

Na sua fúria anti-popular a ditadura não se satisfaz em espancar, prender, seqüestrar, intervir em sindicatos e cassar dirigentes dos trabalhadores. Agora, os militares querem é condenar na sua "justiça" o que há de mais representativo da classe operária como forma de deixar bem claro para quem veio a abertura.

As duas peças acusatórias redigidas pelos procuradores se assemelham num ponto: parecem mais um discurso político onde a condenação aparece como suposto do que uma articulação de argumentos ou de provas condenatórias. Logo no primeiro parágrafo, por exemplo, o procurador Dácio afirma que a greve dos trabalhadores do ABC se deu "à pretexto de reivindicações de melhoria salarial e outras pretensões trabalhistas" (grifo nosso).

Por outro lado, a acusação repetida e sustentada por Dácio de que os dirigentes do ABC "concitaram os grevistas à prática de piquetes e ao uso da violência até física contra aqueles que não aderiram à paralisação" não conseguiu ser sustentada durante o processo. As próprias testemunhas de acusação Euclides Righetto, João Antonio da Silva e João Roberto Alves, apontadas pela polícia como vítimas da violência por parte dos piquetes, negam ter visto qualquer um dos acusados como participantes de piquetes ou mesmo incitando à greve. A polícia tem acesso farto, por sua vez, a um sem número de volantes do sindicato pedindo aos trabalhadores: "não enfrentem a polícia, não aceitem provocações. Nós somos pacíficos e ordeiros. Depois que a diretoria foi presa, cada metalúrgico tornou-se um diretor do sindicato". Mas, os conflitos se multiplicaram. E poderia ser de outra forma com a quantidade de provocadores que invadiram o ABC, fato que é confirmado por um sem número de depoimentos no tribunal? (ver matéria ao lado).

A outra peça acusatória, do procurador substituto, é ainda mais ligeira, mais subjetiva, sugerindo inclusive a opinião, professada por várias pessoas, inclusive o deputado Aírton Soares, de que o autor sequer teria lido o processo para redigi-lo. Depois de afirmar que a absolvição dos acusados seria "admitir que um grupo de sindicalistas, seduzidos pela miragem de uma atuação política revolucionária e com capacidade de liderança sobre a classe profissional a que pertencem podem instalar numa determinada região do país uma espécie de soberania "própria", propõe o seu enquadramento no artigo 42, "pois os atos praticados pelos acusados podem configurar o crime de propaganda subversiva, conforme está implícito na narrativa vestibular" (grifos nossos).

Enfim, seria cômico se não fosse trágico. Pois uma eventual condenação dos sindicalistas poderá significar uma pena de um a 15 anos de prisão, a cassação de seus direitos de concorrerem a cargos políticos (com a intervenção nos sindicatos também, pela CLT, não podem por toda a vida ser eleitos para cargos sindicais) e podem ter, acessoriamente, seus direitos políticos suspensos. Além disso, poderão ficar impedidos de trabalhar, com a condenação sendo alegada como "justa causa" para demissão.

Os verdadeiros criminosos do ABC



Um tribunal sem respeito e um ministro sem vergonha

Surpreendendo a todos pelo inusitado, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, declarou-se no dia 3 de abril incompetente para julgar a ilegalidade da greve. A declaração se firmava, inclusive, em uma decisão firmada em 1979 pelo Supremo Tribunal do Trabalho que afirma que "a lei de greve define a ilegalidade da greve, mas não defere ao poder normativo da Justiça de Trabalho a proclamação dessa ilegalidade ou legalidade em instância coletiva."



Estava o governo, de uma hora para outra, com os pés e as mãos amarrados para intervir nos sindicatos do ABC. O governo praticamente obrigou o TRT paulista a convocar uma reunião extraordinária e a rever a sua primeira decisão, acolhendo um recurso dos patrões. Isto já no dia 14. Achincalhada qualquer ilusão sobre a autonomia da Justiça do Trabalho, partiu-se para o achincalhe da inteligência da opinião pública com alguns juizes justificando a revisão: alterando-se o quadro, já não era a mesma greve que estava em julgamento...

A batalha no campo legal, no entanto, ainda não havia terminado. Retomando a ofensiva, o sindicato dos trabalhadores recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho para anular a decisão. O recurso só viria a ser julgado, ao contrário do patronal, no prazo de três meses com resultado desfavorável aos trabalhadores. Mas, o importante é que enquanto isso, enquanto o novo recurso ao TST não era julgado, a decisão de ilegalidade da greve perdia o seu poder normativo, isto é, ficava suspensa.

Pela segunda vez, o governo não hesitou em romper a sua própria legalidade, decretando a intervenção nos sindicatos do ABC tomando por base uma decisão ainda em julgamento.

Mas não ficaram aí as contradições do governo, sempre ativo na figura do ministro Murilo Macedo. De acordo com o depoimento prestado em tribunal pelo ex-ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, o empresário Alberto Villares do Grupo 14 da FIESP lhe confidenciou que não negociara com os metalúrgicos por estar impedido pelo ministro Murilo Macedo, mesmo que isto significasse a continuidade da greve. A mesma greve que, agora, de acordo com o procurador da Justiça Militar ameaçava a segurança nacional.

Um tribunal achincalhado, uma intervenção violenta, seqüestros, provocações e até corrupção. O governo recorreu a atos de verdadeiro gangsterismo. Nem mesmo a legislação fascista em vigor foi respeitada.



Provocação militar: vôos rasantes sobre a Vila Euclides

Um general no comando do gangsterismo

As seis horas da madrugada de 19 de abril de 1980, no vigésimo sétimo dia da greve do ABC, uma formidável ação clandestina era posta em ação mobilizando dezenas de carros com chapas frias e homens, fortemente armados. Neste dia, 17 pessoas foram seqüestradas de suas casas, detidas sem qualquer mandato de prisão, sem mesmo saber porque e por quem estavam sendo conduzidos para um local onde foram interrogadas sobre o seu envolvimento na greve do ABC.

Paralelamente no ABC, uma série de episódios e situações extraordinárias vinham ocorrendo. São Bernardo, segundo o testemunho de inúmeros jornalistas e deputados da oposição, prestados no processo movido contra Lula e seus companheiros, foi literalmente invadida por comboios de carros veraneios, de chapa fria, repletas de homens armados que não se vestiam e não se identificavam explicitamente como policiais. Esses indivíduos foram vistos em um sem número de episódios agredindo metalúrgicos, provocando situação de pânico e confronto. E seriam os responsáveis pela deflagração de uma verdadeira batalha campal no dia 5 de maio em São Bernardo, ocasionando ferimentos em 54 pessoas.

Antes, a provocação aos operários já havia chegado às raias do absurdo com vôo rasante de helicópteros do II Exército a uma assembléia pacífica que se realizava no campo de Vila Euclides, em São Bernardo.

A verdade é que um enorme aparato extra-oficial, oficioso digamos assim, foi colocado em ação em São Paulo complementando e exacerbando a violência já perpetrada pela PM e pelos agentes do DOI-CODI. Restava saber sob as ordens de quem operavam este bando de gangsters. A verdade já suspeitada, viria à luz em setembro no depoimento de José Carlos Dias, prestado em defesa dos grevistas. De acordo com ele e com o referendo de várias testemunhas, da boca do secretário de Segurança de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior, veio a notícia de que todas estas ações clandestinas estavam sob o comando direto do general Milton Tavares, comandante do II Exército em São Paulo.



Um gangster em ação no ABC

Fundo de greve dos patrões: com dinheiro do povo

AFederação das Indústrias de São Paulo aprendeu na greve de 1979 o quanto é difícil manter uma atitude uniforme do conjunto das empresas em um confronto demorado com os trabalhadores. É que existe uma diferença enorme de poder econômico (logo, de capacidade de resistência a um movimento grevista) entre as empresas do chamado Grupo 14 — que lidera na prática as negociações salariais — e a miríade de pequenas e médias empresas que operam na região.

Por causa de diferenças de interesses e atritos, durante a greve de 1979, iniciou-se inclusive um movimento razoavelmente forte entre os pequenos e médios empresários no sentido de se desvincularem da FIESP e organizarem uma entidade própria.

Em 1980, o governo agiu ilegalmente utilizando dinheiro público para cobrir "o calcanhar de aquiles da resistência patronal. O Banco do Brasil foi autorizado a aumentar em 30% o limite operacional das empresas do Grupo 14, bem como de suas fornecedoras. Além disso, foi prorrogado por 30 dias o vencimento de duplicatas principalmente das pequenas e médias empresas. De acordo com um levantamento do próprio banco, esta camaradagem com os patrões custou ao governo nada menos que 400 milhões de cruzeiros. Com essa manobra, o patronato, com algumas defecções, conseguiu resistir a um cerco de mais de quarenta dias dos trabalhadores do ABC.

Editorial

O alvo agora é o PT

Apressão para que o TRT voltasse atrás da primeira decisão quando reconheceu a legalidade da greve, a insistência para que os empresários não voltassem a negociar abrindo uma ponte para a conciliação, o apoio financeiro concedido às pequenas e médias empresas demonstram que o governo estava interessado em arrastar o confronto até o fim, intervir e quebrar a espinha dorsal da categoria mais organizada do sindicalismo brasileiro.

A intervenção no sindicato veio, em primeiro lugar, tornar realidade um sonho que já vinha sendo acalentado pelos empresários da FIESP. Havia inclusive um plano já elaborado no sentido de que, com a intervenção se abria a possibilidade de dividir cada um dos sindicatos do ABCD em quatro, agrupando os trabalhadores na indústria mecânica, na indústria de transporte, na siderurgia e na fundição. Até hoje, apesar das reiteradas promessas de Murilo Macedo, não cessou a intervenção no ABC colocando para a próxima campanha salarial a questão de qual o interlocutor privilegiado dos empresários (ver pág. 4).

A segunda grande consequência da imposição de uma derrota ao movimento sindical do ABCD se liga a estratégia posta em prática pelo governo para conter a repetição de um novo ciclo grevista como ocorrera em 1979. Pois da mesma forma que a greve do ABC em 1979, com conquistas econômicas parciais e a retomada do sindicato, significou em grande alento a outras categorias, os resultados da campanha salarial do ABC em 1980 serviram para demarcar um limite bem claro para a aspiração de ganhos econômicos para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

O desdobramento do processo das lideranças do ABC, na Lei de Segurança Nacional que ameaça a carreira política de Lula e seus companheiros, vem mostrar que o governo não tirou ainda todas as consequências de sua escalada repressiva. Pois torna-se cada vez mais claro que, após ter golpeado duramente o sindicalismo autêntico com intervenções seguidas, o governo avança sobre o PT. O regime sabe o que significa o peso que uma liderança como Lula carrega para um partido que luta, contra todas as adversidades, para se estruturar e se tornar uma alternativa confiável no plano político para a imensa massa trabalhadora do país.

E neutralizar o PT agora é mais do que um ponto de honra para o regime: significa fechar o caminho viável para os trabalhadores defenderem seus interesses em um momento em que a crise econômica aperta e os poucos sindicatos combativos, isolados e sob o risco permanente de intervenção, são impotentes para enfrentar uma política econômica governamental extremamente centralizada e voltada exclusivamente para a salvaguarda dos grandes grupos industriais e financeiros.



Estadão contra Lula & Walesa

Por Plínio Mello (*)

Como era de se prever, a "tourné" de Lula pela Europa visando obter a solidariedade internacional contra o injusto processo criminal a que responde por sua atividade, juntamente com seus companheiros de Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, perante a Justiça Militar em São Paulo, vem alcançando a maior repercussão política. Por isso mesmo, evidenciando o temor que se apossa das classes dominantes, valem-se estas de sua imprensa para, na medida do possível, reduzir o impacto de tal repercussão, atribuindo a Lula erros e contradições, com o objetivo de desprestigiar-lo.

Agora mesmo, a propósito do encontro de Roma entre Luiz Ignácio da Silva e Lech Walesa, afirma o **Estado de S. Paulo** (21-1-81) que o diálogo travado entre os dois famosos líderes sindicais teria servido para que este último tivesse "ensinado àquele o ABC da luta sindical"... Na verdade, não houve por parte do herói de Gdansk, como, aliás, ele próprio afirmou — e se evidencia pela reportagem do encontro feita pelo correspondente da **Folha de S. Paulo** Pedro Del Picchia, e que serviu de base ao editorialista do **Estadão** — o menor propósito de opinar "sobre uma realidade" que ele desconhecia. Apenas, entendia de seu dever chamar a atenção de seu companheiro brasileiro para o "perigo de uma subordinação do movimento sindical ao partido operário" (sic) o que teria ocasionado a "divergência" entre ambos.

A seguir, depois de reconhecer que "ambos manifestaram-se contra a submissão dos sindicatos ao Estado", afirma o editorialista do **Estadão**: "A verdade é que a prática política de cada um é diametralmente oposta. Ao misturar sua atividade de dirigente sindical com a de dirigente de um partido político, que, no fundo, é classista, Luiz Ignácio da Silva pretende chegar exatamente ao que Lech Walesa quer derrubar". E, depois de se estender em considerações sobre o caráter totalitário do POUP, procura o comentarista sacar a conclusão de que outro não é o objetivo de Lula, no Brasil, do que enveredar pelo mesmo caminho, submetendo os operários à ditadura do PT e tolhendo-lhes a liberdade de organização, de iniciativa e de criação.

Ora, ao contrário do "partido único" existente na Polônia, como nos demais países das chamadas "repúblicas populares", o que pretende o PT, como está consignado em seus documentos fundamentais, desde o manifesto, de seu lançamento, como no Programa e Estatuto já registrado no Tribunal Superior Eleitoral, é precisamente lutar por um verdadeiro regime democrático, pluripartidário, onde seja assegurado aos trabalhadores plena liberdade de organização, tanto sindical, como política e cultural.

A aparente contradição ou divergência havida entre Lula e Lech Walesa, relatada no noticiário procedente de Roma, diz respeito apenas à estratégia preconizada para a situação na Polônia e no Brasil, em que o dirigente sindical brasileiro, enfatizando a necessidade de lutarem os trabalhadores de seu país tanto no terreno econômico, como no campo político, mostrou ao líder polonês que a experiência entre nós estava exigindo, ao lado dos sindicatos operários, um partido político que possa representá-los, com autenticidade.

(*) Plínio Mello é jornalista e advogado, velho combatente comunista desde os anos 30, ex-integrante do PSB e atualmente milita no PT paulista.

Trabalhadores de todo o mundo: solidários! Os sucessos da comitiva do PT pelo exterior

Os europeus estão estarecidos: no Brasil, um tribunal militar irá julgar dirigentes sindicais por uma greve, como se se tratasse, segundo seus padrões, de uma guerra civil. A indignação diante desta ameaça é tão grande que, somada ao prestígio que Lula e o PT alcançam hoje a nível internacional, pode-se já ter como certo o saldo da viagem empreendida pela delegação do partido ao exterior: sucesso total.

Centrais sindicais de todos os países até agora visitados, bem como partidos políticos operários e democráticos todos foram unânimes em garantir o envio de delegados seus no dia do julgamento e telegramas de protesto ao governo brasileiro.

Frente a este quadro o regime militar está enfrentando uma forte pressão para levar a cabo seus propósitos repressivos sobre o movimento operário brasileiro.

Enquanto Figueiredo, na França e em Portugal, ao lado de negócios comerciais para desafogar a dívida externa, tentava vender a imagem da abertura — chegando até a proclamar o direito do povo às eleições diretas para presidente em 1984 — Lula e seus companheiros faziam-lhe um forte contraponto, polarizando os setores oposicionistas destes países com suas

denúncias. Pois, na verdade, a comitiva do PT foi recebida quase que à altura de uma comitiva de chefe de estado por várias personalidades européias. A começar pelo Papa, passando entre outros pelo presidente do Partido Social Democrata alemão Willy Brandt, pelo presidente do Partido Socialista francês François Mitterrand, além de figuras à margem do poder mas igualmente importantes como Lech Walesa, ou Otelo Saraiva em Portugal.

Não será nada fácil para Figueiredo condenar Lula agora que ele foi recebido — e reconhecido — por várias figuras do cenário internacional com as quais o governo brasileiro tem todo interesse em manter as mais cordiais e diplomáticas relações.

Tudo isso vem a demonstrar o isolamento não somente interno como internacional da política social do regime atual.

A repercussão que causaria no exterior a notícia contada ao vivo pelos delegados de todas estas forças — aqui presentes no julgamento — sobre como um tribunal, baseado numa lei de guerra e forjando os fatos a seu bel prazer, pode condenar os dirigentes sindicais, seguramente já está nos cálculos do regime.

Por isso mesmo, as autoridades militares a esta altura já devem estar preparando alguma saída honrosa dentro do processo.

Depois do encontro com o Papa e com Walesa, a passagem de Lula pela França foi o ponto alto da viagem. Dada a força do PS, do PC e de outros setores de esquerda, no país, as manifestações públicas tiveram também seu lugar ao lado das audiências com as lideranças políticas.

A expectativa agora volta-se para os Estados Unidos, onde a comitiva do PT chegará proximamente após ter passado por Portugal, Suíça, Bélgica e Holanda. Isto porque a singularidade do sindicalismo americano bem como o fato de seus grandes partidos políticos não serem de base operária, em certa medida, uma incógnita no que diz respeito à sua disposição de compromissos maiores na solidariedade com os dirigentes do ABC e do PT.

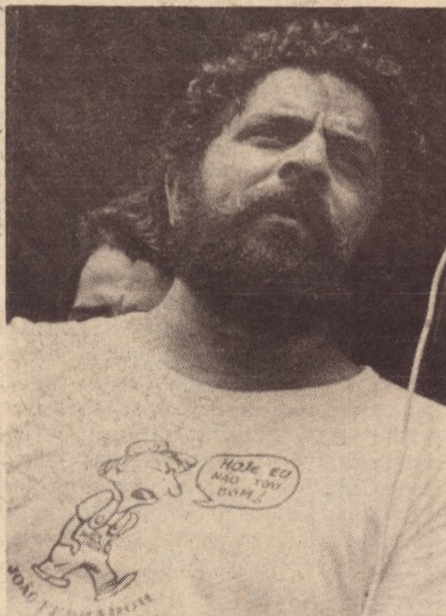
De resto, desde já, começa a se preparar aqui no Brasil a recepção massiva à delegação do PT para o dia 13 no aeroporto de Congonhas. Pois não haverá maior coroamento da viagem do que uma manifestação de milhares de pessoas no aeroporto no dia da chegada de Lula e seus companheiros.

ABC: Lula no comando das negociações

Por Vânia Almeida

Caindo ou não a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Santo André, esta semana, um grande problema está colocado para a categoria: a questão da representatividade legal nas negociações da campanha salarial. Este é mais um cerco que o governo e os patrões pretendem impôr às lideranças sindicais autênticas, além de uma possível condenação dos dirigentes pela Lei de Segurança Nacional. A disposição do governo (e ele tem suas razões) é dar toda a força à pelega Federação dos Metalúrgicos paulistas. Pelo menos foi isso o que admitiu esta semana, Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista. O interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de SBC que fez questão de lembrar à Comissão de Trabalhadores (que com ele manteve conversações na segunda-feira) que a ex-diretoria não tem poder algum: nem para convocar assembleias da campanha salarial no Sindicato, nem para se sentar à mesa de negociações. Evidentemente, a ex-diretoria do Sindicato não está pensando em sentar à mesa com a Comissão do Grupo 14 da FIESP, como fruto de uma suprema concessão do suposto liberalismo de Luis Eulálio Bueno Vidigal, presidente da entidade. Da mesma forma que outras conquistas, esse poder de se sentar à mesa das negociações e falar em nome da categoria, será arrancado novamente pelos trabalhadores em favor de seus legítimos representantes.

Enquanto nas bases, não há sequer espaço para se falar em outras representantes que não sejam os ex-diretores do Sindicato (quem for à porta das indústrias de SBC pode recolher depoimentos de trabalhadores nesse sentido) entre os membros da ex-diretoria vai desaparecendo, também, aquele constrangimento que os impedia, até há pouco, de assumir plenamente a liderança da categoria. Explica-se: embora os ex-diretores tenham coordenado e dirigido todas as lutas dos metalúrgicos no período pós intervenção, havia uma preocupação de ressaltar nas assembleias que "a ex-diretoria não quer o sindicato para si mesma, mas para a categoria" ou "a ex-diretoria não pretende voltar a assumir seus cargos, preferindo orientar a formação de novas lideranças". Embora, de fato, novos líderes tenham



Os metalúrgicos já falaram: só negociaremos com Lula na cabeça

surgido, os trabalhadores tem a preocupação de manter na direção de suas lutas, particularmente num momento tão difícil quanto este para a categoria, uma liderança experiente. E esta preocupação alcançou ressonância entre a ex-diretoria. Embora a proposta a ser votada nas assembleias dos dias 13 e 14 na Igreja Matriz de SBC faça referência à "eleição de uma comissão" para negociar com os patrões e o governo, em nome da categoria, alguns ex-diretores já admitem que tudo vai depender da assembleia. Isto é, se a assembleia referendar a própria ex-diretoria, como comissão negociadora, não há dúvida que cumprirão o mandato judiciosamente.

Toda essa mobilização (comícios em portas de fábricas, mini-assembleias de bairros recolhimento de auxílio financeiro entre os operários) tem reforçado a posição da ex-diretoria (particularmente em SBC) como representante

legítima da categoria. E isto não passou despercebido, inclusive aos empresários. Paulo Francini, integrante da Comissão de Negociações do Grupo 14 chegou a dizer que aceitaria negociar com uma comissão indicada pelos trabalhadores. Ele afirmou textualmente que "tanto os empresários como os trabalhadores têm e devem exercer a liberdade de indicar quem sentará à mesa para negociar em seu nome" e sua preocupação "é saber se à mesa das negociações estarão representados os interesses da categoria".

Por estas declarações, já se pode vislumbrar que, dependendo da mobilização demonstrada pelos trabalhadores, a FIESP poderá se curvar à legitimidade da ex-diretoria para negociar.

Outras pequenas vitórias obtidas pela ex-diretoria podem ser somadas à esta perspectiva: o direito de fazer reuniões no Sindicato (antes, proibidas pelo interventor) e de pregar cartazes de convocação às assembleias da campanha salarial (antes, arrancados pelo interventor). Evidentemente, não se trata de vitórias no plano jurídico. Mas, vitórias políticas, que levam hoje os trabalhadores de SBC a lamentar que vários membros da ex-diretoria venham a se tornar ineligíveis nas próximas eleições sindicais (além dos processos que estão submetidos, muitos foram desligados da produção, demitidos pelas indústrias).

Quanto a Santo André, a ex-diretoria também vem mobilizando os trabalhadores para a assembleia do próximo domingo, às 9 horas na igreja do bonfim, mas sua ideia de legitimidade parece ser outra. Benedito Marcílio, o ex-presidente está disposto a fazer aprovar em assembleias, os nomes dos representantes de sua base territorial (Santo André, Mauá e Ribeirão Pires) para as vagas disponíveis na Comissão Negociadora da Federação dos Metalúrgicos. Benedito Marcílio explica que está preocupado com a legitimidade jurídica. Mas, a categoria parece mais preocupada com a legitimidade política, tanto assim que já marcou, através do Fundo de Greve, uma reunião à revelia do ex-presidente para encaminhar a campanha salarial.

A NOSSA VEZ
A NOSSA VOZ



15 de fevereiro: Abaixo a Lei de Segurança Nacional

No último dia 30, em São Paulo a direção nacional do PT lançou uma conclamação a todas as forças de oposição do país por uma campanha nacional de solidariedade a todos os atingidos pela Lei de Segurança Nacional.

Além dos sindicalistas do ABC que serão julgados pelo tribunal militar no próximo dia 16 a campanha estende-se também a todas as vítimas da mal sinada lei. O ponto alto da campanha será o dia 15 de fevereiro transformado agora em Dia Nacional de Solidariedade aos Atingidos pela Lei de Segurança Nacional. Nesta data vários atos públicos de protesto estarão pipocando por todas as grandes cidades do país. Aqui, trechos do manifesto de lançamento da campanha.

Brasileiros: aproxima-se a data de julgamento de Lula e de outros doze sindicalistas do ABC, pela 2ª Auditoria Militar. (...)

Não são apenas esses os perseguidos pela Lei de Segurança Nacional. Brevemente deverão ser julgados, pela Auditoria Militar de Curitiba, os estudantes catarinenses, da UNE — União Nacional dos Estudantes; e deverá ser ouvido no STF o Deputado Federal João Cunha, cujo mandato poderá ser cassado.

Em todo o País — do Acre ao Rio Grande do Sul — sindicalistas, operários, jornalistas, estudantes, camponeses, professores, bancários, parlamentares — do PT, de outros partidos, ou independentes — estão sendo enquadrados, indiciados, processados, pela Lei de Segurança Nacional. E, em Minas, condenados pela LSN, está encarcerado o professor David Maximiliano de Souza.

Enquanto isso, continuam impunes os assassinos de operários e camponeses, os autores de atentados fascistas contra as entidades democráticas. Como ficaram até agora impunes os autores de tantas torturas, tantos assassinatos, tantos desaparecimentos, vítimas da Ditadura desde 1964.

Brasileiros!

Está chegando a hora de dizer basta a tudo isso! (...)

É necessário, portanto, que todos se unam para derrubar essa LSN e outras leis opressoras e repressivas, contrárias aos interesses dos trabalhadores e da população (...)

Brasileiros!

O Partido dos Trabalhadores (PT) está consciente de que o julgamento dos treze sindicalistas do ABC, marcado, em princípio, para o dia 16 de fevereiro, não é apenas o julgamento de Lula e de seus companheiros. É um julgamento ao mesmo tempo sindical e político, cujo objetivo é claro: impedir, pelo terror, que os trabalhadores se organizem, reivindiquem, atuem em Sindicatos combativos, façam greve, lutem por melhores condições de vida e, principalmente, que os trabalhadores tenham vez e voz na política nacional. Da mesma forma que o julgamento de Curitiba não é apenas o julgamento dos estudantes catarinenses, mas o julgamento de toda a UNE.

Por isso é que o PT vem, neste momento, anunciar o lançamento de uma campanha nacional de solidariedade aos que



lutam por liberdade política e sindical, contra a Lei de Segurança Nacional. Nestes próximos quinze dias, e até a data do julgamento, é necessário que todos se unam e organizem, preparando e realizando todas as formas de manifestação de maneira a culminar, no dia 15 de fevereiro, no DIA NACIONAL DE SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS PELA LSN.

Nesse dia, em todo o País, na cidade e no campo, os membros e simpatizante, do PT, os trabalhadores, os demais partidos de oposição, as entidades políticas, os sindicatos, as associações profissionais, as organizações estudantis e populares — todas as forças democráticas, enfim, são conclamadas a realizarem manifestações públicas, com o claro conteúdo de demonstrar:

- A Solidariedade aos que lutam por liberdade política e sindical;
- O repúdio à LSN (Lei de Segurança Nacional)

- O repúdio às Leis anti-sindicais e anti-greves
- O repúdio à Lei dos Estrangeiros e demais leis opressivas
- A reafirmação da legitimidade dos direitos e da justiça das lutas travadas pelos trabalhadores da cidade e do campo e pelos setores populares.

Brasileiros!

O Partido dos Trabalhadores está presente e atuante nesta hora grave para os destinos das liberdades sindicais e político partidárias, e para os destinos da própria Democracia Brasileira. O PT espera que todos atendam aos seus apelos.

- Solidariedade aos que lutam por liberdade Política e Sindical, contra a Lei de Segurança Nacional.
- Viva o ABC, Abaixo a LSN
- Via a UNE, Abaixo a LSN
- Libertem Davi Maximiliano de Souza
- Repúdio à Lei dos Estrangeiros
- Absolvção para Lula e para os atingidos pela LSN
- Todo apoio aos trabalhadores

30 de janeiro de 1981
Comissão Diretora Nacional Provisória
Partido dos Trabalhadores (PT)

Opinião Opinião Opinião Opinião

Djalma Marinho, sim; Programa mínimo, não

A posição do PT, segundo seu líder na bancada federal, frente a duas questões que polariza o Congresso Nacional neste início de ano.

Por Airton Soares

Dois temas agitarão o começo do ano parlamentar: a candidatura Djalma Marinho à Presidência da Câmara de Deputados e a tentativa de um programa mínimo que unificasse a atuação das oposições no Congresso.

O apoio à candidatura Marinho surgiu para o PT através de uma consulta ao programa dos candidatos, e deu-se fundamentalmente por três questões básicas — uma candidatura de origem realmente emanada do poder Legislativo, sem a intromissão dos braços longos do Palácio do Planalto, a posição firme de Marinho a favor das prerrogativas parlamentares, e a possibilidade de uma real democratização da vida administrativa da Câmara, que se expressaria, por exemplo, na valorização da opinião dos deputados em questões como a da destinação das verbas daquela casa.

Essa posição do PT já é velha; desde novembro que esta resolução de impulsionar a candidatura Marinho foi tomada e posta adiante, conquistando os demais partidos de oposição para a proposta, consolidando um nome que tem muito para conseguir a vitória contra o deputado gaúcho Marchezan. A menos que os ventos fortes da máquina governamental consigam dobrar as convicções da maioria dos parlamentares que irão votar num raro escrutínio secreto.

Sobre a proposta de um programa mínimo para as oposições reafirmo que o PT não tem porque adotar um elenco de reivindicações mínimas que fundamentariam um pacto entre as diversas correntes da oposição parlamentar. Afinal, os partidos recém-criados têm que delimitar para o eleitorado as suas faixas exclusivas de atuação, não deixando contudo, como aliás já vem ocorrendo desde o ano passado, de encetar atuações comuns em questões particulares, como é o caso da Lei dos Estrangeiros, das prerrogativas parlamentares e dos projetos de reforma eleitoral.

Pois, como nos unirmos em questões como a da política salarial com o PP? Assim, uma união para o embate parlamentar em questões bem delimitadas é perfeitamente possível sempre que necessária. Mas, ou os partidos definem claramente a propósito do que vieram à cena política, ou então correm o risco de deixar a população completamente confusa sobre quem, afinal, eles representam.

Rio de Janeiro Um PT para a intervenção na luta social

Convenção extraordinária reafirma a importância dos núcleos por categoria, define campanhas políticas e preenche cargos vacantes da direção.

A Câmara Municipal de Duque de Caxias nos dias 24 e 25 de janeiro último foi o palco da Convenção Regional Extraordinária do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro. Convocada pela Comissão Regional a convenção teve por objetivo traçar um Plano de Ação para o partido no período, discutir a situação dos núcleos de categoria, além de eleger três suplentes para a Comissão Diretora — essa eleição foi necessária pela saída do partido de alguns membros da direção regional, Edson Kahir de Oliveira, que foram para o PMDB, além de mais três titulares que foram para as comissões municipais de Duque de Caxias, Volta Redonda e Nova Friburgo.

A convenção contou com 130 delegados representando 13 municípios, 19 zonais e 10 núcleos de categoria — eleitos em pré-convenções — além dos membros da direção estadual e Apolônio de Carvalho e Joaquim Arnaldo, da Comissão Nacional.

Ficou deliberado, inicialmente, que o PT convocaria, juntamente com entidades de massa e outros partidos políticos de oposição, um ato público para o centro da cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de fevereiro em repúdio ao julgamento dos sindicalistas do ABC pela Lei de Segurança Nacional.

Em seguida a plenária se dividiu em grupos de trabalho que durante a tarde e noite de sábado e manhã de domingo — aprofundaram os três pontos em discussão e avançaram propostas.

Na tarde de domingo teve início a plenária final com os relatores dos grupos expondo as discussões sobre Plano de Ação. Nesse ponto ficou deliberado que o PT tem como objetivo a sua construção e legalização, a filiação em massa devendo ser vinculada a lutas e campanhas políticas. As campanhas serão contra a LSN e contra a política econômica do governo, especialmente no que se refere às questões de desemprego e carestia.

Tirou-se ainda encontros de militantes do PT para traçar uma linha política do partido nas áreas sindical, bairros, rural, negros, jovens e estudantes.

A proposta de uma "frente permanente de combate ao chaguismo" não passou.

Esta visão foi derrotada na convenção. O PT combaterá o "chaguismo" sim, e quem quiser combatê-lo também, ótimo. Mas qualquer "frente" se dará na prática. Ficou também como indicação uma proposta de discussão nas bases do partido da tática eleitoral para o PT.

Foram ainda feitas três moções: 1) o PT apóia a luta do povo de El Salvador; 2) o PT se solidariza e apóia a luta dos trabalhadores poloneses pela autonomia e liberdade sindical; 3) o PT se solidariza e apóia a luta dos lavradores do Rio de Janeiro (Cachoeiro de Macacú).

Seguiu-se então o debate sobre núcleos de categoria (que no Rio estão desvinculados das zonais ainda que com participação garantida no Conselho de Representante). Essa discussão daria a tônica de toda convenção, funcionando como um divisor de águas: de um lado os que defendiam que os núcleos continuassem como estão, garantindo assim sua sobrevivência; de outro os que submetiam esses núcleos desde já às zonais-proposta que, a médio prazo, faria com que estes desaparecessem. A primeira proposta venceu por 62 votos contra 58 e 6 abstenções. Joaquim Arnaldo, da direção nacional, votou na segunda; porém, Apolônio de Carvalho, o outro dirigente nacional presente — coerente com sua posição defendida desde a segunda reunião da Comissão Nacional.



em Taboão da Serra em julho passado — votou na primeira proposta. Em Taboão da Serra, os advogados eleitos no Encontro Nacional para redigir os estatutos do PT, preocupados com os núcleos de categoria (núcleo setorial segundo o estatuto) incluíram um artigo para garantir a sua existência especificando que seus poderes seriam definidos no Regimento Interno. Esta proposta não passou (só Apolônio votou nela). Mas Apolônio propôs que a Comissão Nacional aprovasse ali que os núcleos de categoria seriam regulamentados no Regimento Interno assim que este ficasse pronto, no que foi aceitado.)

O ponto seguinte foi a formação e apresentação de chapas para suplência da comissão Regional. de início se apresentaram três chapas: a primeira, formada por Kunka (assessor do deputado José Eudes) Nilton Santos (jornalista do **Companheiro**) e Maria Ines (metalúrgica), foi apresentada por José Eudes e defendida por Joaquim Arnaldo; a segunda, apresentada por Washington (metalúrgico) e defendida por Apolônio, era formada por Roberto Martins (jornalista do **Movimento**) Geraldinho (metreiro) e Sidney Benjamin (jornalista).

A primeira chapa venceu por 63 votos contra 61 com 1 abstenção.

A convenção representou um grande passo na construção do PT no Rio de Janeiro na medida em que mobilizou todos os quadros do partido colocando no mesmo momento discussões importantes em todos os núcleos.

Juiz de Fora

PT fiscaliza salário do prefeito

Em Juiz de Fora, MG, o PT está em campanha pela moralização dos gastos do dinheiro que vem do bolso do povo. Os primeiros alvos são justamente o salário do atual prefeito, Melo Reis, do PDS, e a ajuda de custo fornecida aos vereadores, ambas ilegalmente decididas pela Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora. Os representantes do PT argumentam que com base em uma lei anti-constitucional aprovada em 1979 pela Assembléia Legislativa mineira, a Câmara Municipal aprovou ilegalmente três resoluções aumentando sucessivamente a remuneração do Prefeito de 35 para cerca de 94

mil cruzeiros. Indicam ainda como irregular a fixação da ajuda de custo aos vereadores locais com base nos subsídios recebidos pelos deputados da Assembléia Legislativa de Minas.

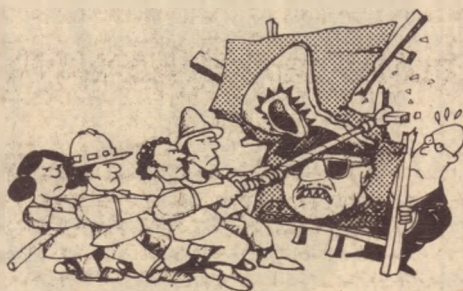
Além de distribuir uma nota de denúncias à população, o PT pretende encaminhar ao procurador Geral da República um abaixo-assinado com uma representação contra estas irregularidades para posterior decisão no Supremo Tribunal Federal. Se julgada procedente a ação, o prefeito e os vereadores serão obrigados a devolver aos cofres públicos as quantias recebidas ilegalmente.

RGS Pela legalização; contra a reforma eleitoral

Encontro estadual organiza processo de legalização, propõe campanhas contra os casuismos eleitorais e proclama a luta por um PT mesmo, unitário e de intervenção.

Apesar do boicote efetuado pelos Correios e Telégrafos, fato por sinal gravíssimo e que levou a direção regional do PT procurar o órgão de fiscalização desse serviço público bem como denunciar o ocorrido na imprensa, o Encontro Estadual do PT gaúcho, no dia 24 de janeiro em Porto Alegre, superou as expectativas.

As 70 circulares — convocação enviada para os núcleos municipais organizados ou em organização — inexplicavelmente, após 10 dias de postadas, não haviam saído de Porto Alegre e, até agora, somente foi conseguida uma vaga promessa de sindicância "para apurar responsabilidades". Mesmo assim, estavam presentes representantes de 32 Comissões Municipais, seis zonais de Porto Alegre e companheiros de mais oito cidades, onde o PT ainda não está organizado, mas que souberam do Encontro e vieram em busca de filiação e orientação para organizar o PT também em suas cidades.



Em torno de 250 pessoas participaram do Encontro cujo objetivo era fundamentalmente de trabalho. Ou seja, esclarecer todas as dúvidas sobre o processo de legalização do PT no Estado.

O PT, porém, não é um mero partido eleitoral e essas questões não ficaram no plano técnico-administrativo do cumprimento de toda a burocracia da justiça eleitoral. A Comissão Diretora Regional preparou textos sobre os critérios políticos que devem orientar nosso processo de filiação, dentro das diretrizes aprovadas na última reunião da direção nacional. O texto "As tarefas do PT na atual conjuntura", apresentado pela Executiva da Comissão Regional propunha um plano de ação prioritário, no próximo período, de legalização do PT no Estado "numa ótica de enfrentamento da Reforma Eleitoral", onde o PT assumisse a vanguarda da luta contra o voto distrital e os outros casuismos que o regime preparará para 1981. O documento além do plano de ação e de uma análise conjuntural, posiciona-se também pela necessidade do PT definir, rapidamente, linhas de ação política para várias frentes de trabalho: sindical, estudantil, campo etc (ver ao lado), vendo nisso a forma correta da construção

de um PT unitário, e não frentista, colado no cotidiano das lutas dos trabalhadores (ver ao lado).

No debate, o ponto mais polêmico foi sobre a questão da Constituinte e a oportunidade do PT assumi-la ou não na conjuntura atual. As opiniões do plenário dividiram-se entre a pertinência de assumi-la desde agora — pois a crise do regime militar exige que o PT tenha uma alternativa nesse nível — e a visão de que a bandeira, mesmo válida a médio prazo, na atual correlação de forças não viria a reforçar os interesses dos trabalhadores.

Mesmo assim, havia um consenso: concordando ou não com a questão da Constituinte, os presentes achavam que o PT deve imediatamente levantar em todo o país campanhas pela **escala móvel de salários e garantia do emprego pela diminuição da jornada de trabalho.**

O outro item do painel, o sindicalismo rural, esteve a cargo do economista João Pedro Stédile.

O analista mostrou os elementos estruturais do despertar do novo sindicalismo no campo gaúcho que, apesar de suas enormes mobilizações de 1979 e 1980, ainda se encontra num grau muito embrionário de organização e luta. Apenas 20% dos sindicalistas poderiam ser reconhecidos como autênticos, combativos, críticos à própria estrutura sindical. Uma grande maioria de 60% dos sindicalistas são inexperientes, influenciados pelo isolamento da situação de pequenos agricultores, com pouca formação sindical ou política.

O trabalho de um partido como o PT na área, portanto, seria urgente mas complexo, difícil.

A grande participação dos setores de base presentes no Encontro na discussão deste item evidenciou que o PT precisa realizar mais reuniões desse tipo onde a troca de experiência, o debate com os companheiros do interior, acabam levantando verdadeiros ante-projetos de plano de trabalho para esses setores de ação do partido.

Por um PT mesmo

Trechos do documento aprovado no encontro

Está na hora, portanto, de o PT homogeneizar suas propostas, de estabelecer linhas claras de ação em todas as frentes de trabalho. É aqui que se resolve o problema do crescimento e da credibilidade do partido perante as massas, que passam a ver no partido uma direção, um sentido para as suas reivindicações e necessidades. É aqui, também, que se evidencia sem retóricas, sem malabarismos ideológicos a construção do PT MESMO; que se evidencia quem quer construir um partido operário de massas ou uma frente política de tendências. Esta, na melhor das hipóteses, apenas servirá de biombo para que cada corrente leve sua posição nas frentes de trabalho.

A Direção Nacional do PT e as direções regionais, como estamos fazendo agora, devem aprofundar esta discussão rapidamente. Assim como a Executiva Nacional fez com a abertura de um debate em torno da Constituinte, deve-se abrir imediatamente o debate sobre uma linha sindical para o Partido, uma orientação segura para a ação no campo e no sindicalismo rural, no movimento estudantil e outros.

É assim que o PT se construirá. Com liberdade e democracia interna para todas as correntes de opinião que se formem no seio do partido, mas crescente unidade e coesão da nossa ação externa, na condução do grande movimento de massas que imerge em nosso país e que espera uma direção que corresponda ao seu dinamismo e grandiosidade.

São Paulo Pela frente, muito trabalho

Por Tom Duarte

Até julho, muito trabalho espera os militantes do PT paulista. Lutar contra a Lei de Segurança Nacional e impedir que os sindicalistas do ABC sejam condenados, legalizar as comissões executivas municipais, e distritais na capital, filiar dezenas de milhares de novos militantes, realizar as convenções municipais, participar do Encontro e da Convenção Estadual. Foi o que ficou decidido na reunião dos núcleos da capital realizada no dia 1º de fevereiro. E de quebra, intervir nas campanhas salariais e sindicais, na luta dos bairros, escolas e fábricas e organizar um 1º de Maio Unitário.

O PT paulista começou fevereiro com o pé direito. No domingo, dia 1º, com a participação de representantes de 88 núcleos da capital (por região e categorias) realizou-se mais uma reunião conjunta com a Comissão Regional Provisória na Assembléia Legislativa de São Paulo. Embora com algum atraso já que esse encontro estava previsto inicialmente para novembro do ano passado, a reunião, que durou 11 horas, foi marcada por uma intensa participação dos militantes. Definição do calendário partidário nos próximos quatro meses, campanhas políticas, e uma acalorada, mas necessária, discussão sobre as formas organizativas, formaram o prato de resistência do encontro que, também, em plenário separado, contou com uma reunião entre os responsáveis por finanças de cada núcleo e o tesoureiro da estadual, o metalúrgico Djalma Bom (por falar nisso a situação do "tutu" está preta: dos 500 núcleos e comissões do Estado, apenas 13 cotizam regularmente para o Partido).

A reunião começou com uma intervenção do dirigente Apolônio de Carvalho que fez um informe detalhado da última reunião da Executiva Nacional (veja EM TEMPO n.º 120).

Discutida intensamente nas 10 comissões de trabalho que se formaram, a pauta proposta pela Comissão Regional (com exceção da que tratava da questão da Constituinte, incluída na convocatória, mas abandonada durante o Encontro diante da insuficiência das discussões ocorridas até aqui, nos núcleos) foi objeto de quatro horas de debate na plenária final.

Basicamente, houve um consenso quanto ao calendário de atividades proposto para as atividades de legalização, filiação e para a Convenção Estadual. Dessa forma, ficou decidido que a legalização das comissões municipais (no interior) deverá estar concluída até o dia 13 de fevereiro, e até 15 de fevereiro nos distritos da capital que, além disso, deverão encerrar o processo de eleição de suas executivas até o dia 25 do mesmo mês.

A seguir, segundo o esquema proposto, o PT deverá deflagrar um processo de filiação massivo para atender à legislação eleitoral durante os meses de março, abril e maio, sendo estabelecida a meta de 70%



Debate: o PT e a esquerda

O PT nasce da crise da esquerda

Por José Dirceu (*)

O documento sobre a esquerda lançado pela direção do PT inicia-se com uma análise da crise da esquerda brasileira e com a afirmação de que o PT surge, à margem desta crise e do contexto em que se movem as correntes de esquerda. Seria necessário, em nosso entendimento, aprofundar esta análise e ligá-la com o surgimento do próprio PT. Para entendermos como que a organização de um partido como o PT surge no Brasil exatamente pela incapacidade da esquerda superar sua crise.

Frente a, por um lado, uma esquerda isolada do movimento social, dividida, dogmática ao elaborar propostas desligadas da realidade do país e, por outro lado, frente a partidos políticos legais como o MDB, incapazes de superar seu caráter elitista, eleitoreiro e parlamentar, as lideranças e dirigentes surgidos da luta real que os trabalhadores e vários outros setores sociais travaram nos últimos anos contra a política econômica no regime, aprenderam, na prática, a necessidade de um partido político legal, de massas e de luta, democrático, que organizasse os trabalhadores brasileiros.

Logo, o surgimento do PT tem muito a ver com a esquerda e com sua crise.

Apolônio aponta para a dificuldade que tem a esquerda de assimilar o PT como ele é — partido de novo tipo — e, a partir desta constatação, crítica as atitudes deformadoras daqueles que vêem o PT como frente política de massas, como um futuro partido marxista leninista ou ainda como um partido onde existiria o direito de fração ou tendência.

Nós entendemos que é necessário — e esta é a proposta de Apolônio — discutir porque estas tendências de esquerda vêem o PT desta maneira, e que política propõem para sua organização, que programa propugnam para a conjuntura e para o partido: como organizar o PT e como garantir a democracia interna; que política levar no movimento sindical, estudantil, etc; qual é a tática mais correta para a atual conjuntura; e, principalmente, como organizar e levar a luta social à imensa maioria dos trabalhadores do país sem cair na agitação espontaneista, e como propagar o Programa e os Estatutos do PT sem cair nas discussões teóricas, sem relação com a realidade do dia a dia do trabalhador.

Nós entendemos que a única resposta a esta questão do relacionamento das tendências dentro do PT é encarar estes problemas que o partido enfrenta.

Não podemos, no entanto, perder de vista que o PT será aquilo que os trabalhadores, e inclusive a esquerda que nele milita, consigam construir na prática social, na luta política que se trava hoje no Brasil. O PT não poderá ficar apenas vivendo do que foi, e de como surgiu, mas deverá ser um fator de crescimento e avanço da luta dos trabalhadores e da luta política geral no país, sob pena de se transformar numa lembrança na memória dos trabalhadores e do povo brasileiro.

(*) José Dirceu foi presidente da UEE de São Paulo em 1968 e atualmente é militante do PT paulista.

A importância histórica e internacional do PT

Por Paulo Skromov (*)

Há um aspecto central no trabalho do companheiro Apolônio que gostaria de aprofundar. Antes de tudo é preciso dizer que o PT, desde a sua pré-história, é uma iniciativa da esquerda; no caso, dos setores mais consequentes da esquerda do movimento sindical.

Mais do que isso, o Partido dos Trabalhadores no seu atual grau de construção significa já o início da concretização da antiga aspiração da classe operária e dos trabalhadores brasileiros à sua emancipação política. Apesar desta aspiração em ter seu próprio partido político ser algo natural e inerente à própria condição objetiva do proletariado na sociedade de classes capitalista, ela é, por isso mesmo, também, uma formulação clássica elementar do marxismo.

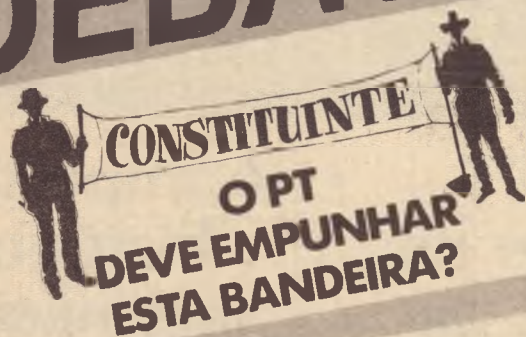
A meu ver o texto do companheiro Apolônio começa bem quando principia com uma, ainda que rápida, avaliação da questão da "crise da vanguarda do movimento operário e popular. Uma crise de caráter internacional que abrange o conjunto do movimento sindical e comunista, como também o sistema de Estados que procuram abrir caminho à construção do socialismo". De fato, a monumental obra de construção partidária que significou para a classe operária os movimentos da social democracia e do Comintern em seus períodos heróicos, interrompida há várias décadas, sem que um movimento internacional com a mesma envergadura os sucedesse, é o conteúdo mais profundo desta crise.

Isto significou uma interrupção prolongada no processo de organização de partidos operários de massas, tão comum até o fim dos anos 20. É por isso que os grandes partidos nacionais e construídos pelos trabalhadores — os partidos trabalhistas, socialistas e comunistas — datam invariavelmente do período que vai de 1880 a 1930, isto é, nasceram do movimento da II ou da III Internacionais. Nestas décadas de crise da "vanguarda operária e popular" esse processo de construção de partidos de massas é completamente interrompido.

Este quadro revela a importância extraordinária e a significação, desde já histórica e internacional, do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido o PT significa a recuperação de um processo de organização operária cuja experiência poderá até mesmo contribuir decisivamente para abrir a via da superação dessa crise.

Diante desta questão transcendental o posicionamento e o papel dos diversos agrupamentos de esquerda só poderá ser de apoio incondicional a essa iniciativa da vanguarda sindical. Esses grupos deverão intervir com lealdade e de forma positiva no processo de construção do partido, fornecendo os quadros que cimentarão a sua necessária estruturação e que impulsionarão os seus avanços políticos nos processos de luta que inevitavelmente o PT terá que enfrentar.

(*) Paulo Skromov é presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo e militante do PT.



Contra o economicismo e o doutrinarmismo

Por Raul Pont (*)

Nosso objetivo aqui é trazer novos argumentos ao debate sobre a constituinte, na medida em que o texto dos companheiros da Direção Nacional (ver ET n.º 120) não nos convenceu. Ao contrário, nos pareceu desfocado do verdadeiro problema e equivocado nas conclusões.

A primeira questão importante a abordar e que, no máximo, aparece implícita no texto — talvez aí a razão do desfocamento — é o **porque** tal palavra de ordem aparece nesta conjuntura.

Os companheiros se preocuparam em arrolar argumentos didáticos sobre o que é uma Constituição, como se forma uma Assembléia Constituinte e quais as razões para os trabalhadores não assumirem essa bandeira atualmente. Mas todo esse arrouço elide o problema, e não o resolve.

Dizemos isso, pois o texto passa ao largo da profunda crise que vive o regime militar, de sua total ilegitimidade perante a maioria esmagadora da nação e, portanto, da necessidade de sua imediata substituição. Evidentemente, concordamos com os companheiros que não vamos dar um “golpe de mão” no governo e que não efetuaremos já uma revolução armada para destroná-lo. A conjuntura, o grau de experiência e organização das classes exploradas, enfim, a relação de forças invalida qualquer saída deste tipo. Mas, queiramos ou não, o problema persiste. O que fazer com esse regime ditatorial ilegítimo que perdura?

A Constituinte não dá garantias? Mas quando é que os explorados levaram suas lutas, e muitos morreram por elas, tendo garantia dos resultados?

Os companheiros respondem, no final (item 10) que não somos “contrários ao princípio da Constituição nem ao princípio da Constituinte”, e que somos contrários à Constituinte agora “por absoluta falta de garantia” de que essa Constituinte ou seus resultados atendam aos interesses dos trabalhadores e setores populares.

É claro que “por princípio” não somos contra princípios, mas isso, companheiros, é um reino distante da política e que, certamente, não nos livrará do general Figueiredo & Cia. Quando os explorados levaram suas lutas, e muitos morreram por elas, tendo a garantia dos resultados?

Quando o Terceiro Estado insurgiu-se na França, contra o Absolutismo de Luis XVI, transformando-se em Constituinte, os setores explorados em seu interior não tinham garantia de conquistas, mas tinham certeza da necessidade de derrubar o rei. Também, os revolucionários russos em 1917 não tinham garantia dos resul-

tados da Constituinte que propunham mas tinham certeza que para a organização e a expressão dos trabalhadores a Constituinte significava uma superação do autocratismo czarista.

Mais perto de nós, os companheiros de São Bernardo quando dirigiram a greve do ano passado não tinham a garantia da vitória. E, entre nós, alguém duvida da correção e da justiça do movimento?

Vejamos experiências recentes, como Portugal e Espanha. É inegável que o espaço legal para a organização dos trabalhadores desses países ampliou-se. A queda do franquismo e do salazarismo permitiu um grande ascenso no nível de consciência e organização das massas ibéricas. É evidente que isso não garantiria uma transformação social nem evitaria as possibilidades de estabilização relativa dos governos de centro-direita atuais. Mas, a culpa foi da Constituinte?

Em Portugal, os socialistas trocaram a grande chance de um governo majoritário de esquerda pela função de gerente de um capitalismo moribundo. Na Espanha, PC e PS assinaram o pacto de La Moncloa com o rei Juan Carlos aceitando uma política de estabilização do capitalismo, de desemprego e de arrocho salarial em troca de seus cargos no parlamento. Não é pois a experiência da Assembléia Constituinte que trouxe uma estabilidade relativa e temporária para a burguesia ibérica, mas a política conciliadora e oportunista dos partidos operários majoritários desses países.

O que importa, portanto, não é a garantia do resultado mas se a luta é necessária, correta. É isso que como partido precisamos responder. E, não adianta propor um conjunto de reivindicações parciais que todos nós concordamos, mas que não respondem de forma globalizadora àquilo que a maioria da população deseja: **UMA ALTERNATIVA AO REGIME MILITAR QUE ESTEJA NO SEU NÍVEL DE CONSCIÊNCIA E GRAU DE ORGANIZAÇÃO ATUAIS.**

É também incorreto argumentar, como dizem os companheiros no final do item 7, que “a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte não nasceu de reivindicações e lutas de trabalhadores e setores populares”. Como esperar que isso acontecesse quando os próprios companheiros afirmam o atraso político das classes populares após 17 anos de opressão e miséria? As lutas políticas não nascem espontaneamente das massas. Essa é a função do partido, da vanguarda. A luta pela Anistia não brotou das massas, e nem por isso deixava de ser correta e necessária. O próprio PT, companheiros, não explodiu espontânea e linearmente das bases. Foram e ainda são os setores mais avançados que compreendem seu significado e lutam por uma organização. E isso, nós sabemos, interessa à grande maioria dos explorados e oprimidos.



O segundo aspecto também importante do texto, pois revela a causa da abordagem anterior, é a confusão que existe no documento entre tática e estratégia. Isso se evidencia no item 5 do texto onde é tratada a questão de quem convoca uma Constituinte. Para os companheiros, “**essa é a questão política central na questão da constituinte** (grifo dos autores) “Não é viável”, continuam os companheiros, “no momento, mudar o governo para então convocar uma Constituinte; e é inteiramente indesejável que o atual governo convoque uma Constituinte de maneira restrita para manter o poder e impedir mudanças e transformações essenciais na sociedade (grifo nosso). Em resumo: as Constituintes viáveis são indesejáveis e as Constituintes desejáveis são inviáveis. Em outras palavras: **a Constituinte que queremos, não podemos; a que podemos, não queremos**”. (grifo nosso)

O PT não pode ficar paralisado, preso ao velho dilema entre o economicismo das lutas imediatas e a propaganda de nossos objetivos estratégicos.

Em primeiro lugar, não é através de uma Constituinte que realizamos mudanças e transformações essenciais na sociedade, não é uma Constituinte que mudará a essência de classe da nossa sociedade, isto é, a exploração capitalista.

A luta por uma Assembléia Constituinte é uma luta tática, faz parte da luta contra o regime militar e dela não podemos esperar mais do que isso. Nesta conjuntura, no entanto, isso é o importante. Isso é saber canalizar uma disposição de descontentamento, uma necessidade de alternativa a esse regime.

Mas, nem por isso se pode afirmar, como fazem os companheiros no fim do item 6.4., que “tudo indica que uma ANC agora não teria condições de ser nem popular nem democrática”.

Ora, quando dentro de um estado burguês capitalista uma Constituinte ou um Congresso (parlamento) podem ser efetivamente populares e democráticos? A luta por uma Assembléia Constituinte não nos leva diretamente para o socialismo, única forma de alcançarmos um “parlamento” realmente popular e democrático. Seu objetivo tem que ser inserido no enfrentamento à ditadura, na ampliação na qual os trabalhadores exercitam sua capacidade de hegemonizar o conjunto das classes exploradas na superação do capitalismo.

Por outro lado, é falso esse raciocínio dicotômico entre “o que queremos, não podemos e o que podemos, não queremos”.

Esse método nos leva, simplesmente, à paralisia política. No fundo, permanece no velho dilema entre ficarmos no economicismo das lutas imediatas, possíveis e reivindicatórias, e a propaganda, o doutrinarmismo, de nossos objetivos estratégicos, da sociedade sem explorados e sem exploradores. E é onde, infelizmente, ficam os companheiros ao finalizar o texto.

Não desconhecemos que o problema de quem convoca é significativo, contudo só adquire a essencialidade que os companheiros lhe atribuem quando entendemos a Constituinte como um instrumento de transformação social. E isto é um profundo equívoco.

Assim, é lógico que devemos lutar para que uma Assembléia Constituinte seja convocada por um governo provisório e seja antecedida de liberdade de expressão e organização para qualquer partido político, acesso aos meios de comunicação de massa e todos os pré-requisitos que os companheiros relacionam. Mas, submeter a palavra de ordem à garantia prévia disso é equivocado.

Quando defendemos que o PT assumira esta bandeira não temos presente que isso se transforme, imediatamente, na nossa bandeira prioritária e central da conjuntura, numa panacéia para todos os males. É claro que hoje a defesa do emprego, a escala móvel de salários, a diminuição da jornada de trabalho, a estatização, e os subsídios para o transporte coletivo de massas etc. são bandeiras que podem e devem, circunstancialmente, assumir a **prioridade** das lutas dos trabalhadores e é em cima disso que o PT, como proponente e organizador, se fará necessário para as massas.

Mas todas as lutas reivindicatórias convergem hoje, rapidamente, para o problema do estado. Isto os companheiros de São Bernardo aprenderam na prática, em 1980. A repressão policial, a farsa judicial dos Tribunais do Trabalho, os casuísticos que se somam no Parlamento, a total centralização das verbas públicas nas mãos dos Executivos, enfim, tudo aponta para que as lutas reivindicatórias não encontrem solução em si mesmas, e esbarrem em todos os níveis, na questão do controle do estado, das leis, da polícia, da justiça.

Por tudo isso, o PT deve assumir a bandeira da Assembléia Constituinte desde agora, esclarecendo seu significado, divulgando o conteúdo que pretendemos que ela possua, agitando seu papel alternativo, marcando nas massas um conjunto de reivindicações e objetivos. Assim, no momento de sua concretização, ficarão bem claros os objetivos de nossa proposta e aqueles de uma eventual Constituinte que seja mais um salva-vidas do regime militar.

(*) Raul Pont é vice-presidente da Comissão Diretora Regional Provisória do PT no Rio Grande do Sul e presidente do Conselho Editorial e Administrativo do jornal EM TEMPO.

Professores

UNATE
Os desafios à nova
entidade

Por Luci Ayala

O Congresso de Trabalhadores em Educação realizado de 14 a 17 de janeiro em Recife cumpriu a tarefa a que tinha sido chamado. Depois de três dias de debates os 800 delegados fundaram a União Nacional dos Trabalhadores em Educação — UNATE — entidade que, segundo deliberação do Congresso, “visa representar os trabalhadores em Educação do 1º e 2º grau da rede pública e privada, aberta também à participação de profissionais de outros níveis e graus do magistério”.

A fundação da UNATE foi a culminância de um processo que, desde 1978 — ano das primeiras mobilizações do magistério — vem reunindo as lideranças do movimento em seus polos mais combativos.

O longo processo de construção da organização nacional com momentos importantes para aprofundamento do debate, como os dois Encontros e o Congresso anteriormente realizados, não significavam uma unanimidade de posições. Profundas divergências quanto à avaliação do movimento, e concepções distintas quanto ao método de intervenção sindical e de construção das entidades de base e gerais, expressaram-se em todos os debates e votações do Congresso. A própria fundação da entidade — objetivo central do Congresso — foi questionada por 20% dos participantes, destacando-se as delegações da Bahia e maioria dos delegados mineiros.

A delegação baiana, secundada pela diretoria do Sindicato do Rio e do Centro de Professores de Goiás, apresentou pro-



A abertura do Congresso em Recife

posta de que a entidade não fosse fundada e que as entidades estaduais presentes viessem a formar uma Coordenação Nacional junto com as demais entidades do magistério existentes no país. Apesar da proposta ser atraente na sua formulação e aparentemente unificadora, transparecia uma concepção sindical distante da grande maioria dos presentes, encaminhando o movimento a submeter-se a articulações oficialistas e de cúpula, representados pela Confederação dos Professores do Brasil, a quem os delegados baianos atribuíam maior representatividade que ao Congresso.

Já as questões apresentadas por Minas

Gerais exigiram uma maior reflexão sobre o método de construção das entidades sindicais e uma profunda avaliação do movimento. Mesmo considerando a articulação organizadora do Congresso a mais representativa do professorado a nível nacional, avaliavam os mineiros que ainda não estavam dadas as condições necessárias para a fundação da entidade. A necessidade de experiências de lutas unificadas a nível nacional não tinha sido respondida, já que as campanhas e lutas deliberadas no último Congresso não tinham sido levadas a bom termo. Além disso a própria articulação não teve saldos positivos em sua ampliação, tanto com a

adesão de novas entidades estaduais como no aprofundamento do debate e incorporação de novas bases. Para a continuidade do movimento os mineiros propunham o fortalecimento da Comissão Nacional, com o seu desdobramento em regionais que promovessem encontros e campanhas que aglutinassem os Estados com situações mais homogêneas.

Mas as duas propostas foram derrotadas por ampla margem de votos tanto nas plenárias como nos grupos de debate, sem que no entanto fossem esgotadas todas as questões que suscitavam. Evidenciou-se a pouca flexibilidade das tendências presentes em refletir e reformular suas posições e propostas. Um bom número de delegados já vinha de seus Estados com questões fechadas entendendo, na prática, as instâncias de discussão do Congresso, apenas como espaço para “passar a sua proposta” e medir força com as demais tendências. Com isso o aprofundamento do debate e uma real avaliação do movimento ficaram comprometidos.

Esse tipo de enfrentamento entre tendências, que está presente no conjunto do movimento sindical combativo, pode representar um avanço para o movimento, um traço estimulante ao debate, desde que as tendências de intervenção não se transformem no espaço privilegiado dos debates e as entidades apenas palco para suas disputadas. No caso dos professores o enfrentamento de tendências monopolizando os debates do Congresso reflete a juventude deste processo de organização, seu caráter ainda restrito aos setores de vanguarda, apontando com isso algumas das limitações a serem enfrentadas. A nova entidade tem como tarefa principal a ampliação de suas bases, um maior aprofundamento do debate em cada Estado e a adesão de entidades ainda à margem dessa organização. A politização das tarefas cotidianas do movimento e a ampliação do debate a um maior número de pessoas é a única condição que garante a democracia do movimento.

Esquerda

Dá prá fazer
a greve geral?

No ano passado, por todo o país, cerca de 350 mil estudantes universitários recorreram à greve, como forma de barrar os aumentos nas escolas particulares e de conseguir mais verbas para as escolas públicas. Divididos, a maioria destes movimentos foram derrotados, apesar de toda a combatividade. Diante da necessidade de unificar as lutas, a proposta é a greve geral.

A inesperada aprovação pela diretoria da UNE da proposta de uma greve geral dos universitários a partir do dia 2 de abril, caso o MEC não atenda a uma série de reivindicações (ver EM TEMPO n.º 121), tem polarizado as opiniões no movimento estudantil.

A diretoria da UEE-SP, depois de dois dias de reunião, posicionou-se contra esta proposta. Segundo Patrício Prado Filho, presidente da entidade, a UEE chegou a esta definição por não acreditar que existam condições para, no momento, manter uma greve por tempo indeterminado. “A greve geral é uma perspectiva justa a ser levantada, mas não neste momento. Consideramos a sua deflagração uma aventura, a guerra nas estrelas da diretoria da UNE, pois não estamos organizados o suficiente para sua manutenção, e a maioria dos estudantes não se definiu sobre a forma de nos colocarmos contra a política educacional do governo” (declaração de Patrício à Folha de S. Paulo, 31/01/81).

No lugar da decretação de uma greve geral em 2 de abril, a diretoria da UEE-SP

encaminhará a seguinte proposta: primeiro, que o prazo a ser estabelecido para que o MEC atenda às reivindicações seja até o dia 29 de abril. “Se não houver resposta, propomos uma greve de dois dias, como ultimato para a abertura das negociações”. Depois disso a diretoria da UEE-SP sugere a convocação de “uma nova instância de decisão da UNE, para se fazer uma avaliação da experiência e debater os novos passos do movimento estudantil”.

(Folha de São Paulo, 31/01/81).

Esta posição da UEE-SP será submetida à discussão no Conselho Estadual de Entidades (CEE) de São Paulo, marcado para os dias 7 e 8 de fevereiro. Esta reunião com toda a certeza verá uma polêmica acesa: além dos apoiadores da tendência da diretoria da UNE, Viração, já tomou posição a favor da greve geral a partir de 2 de abril a diretoria do DCE-Livre da USP, identificada com a tendên-

cia Mobilização Estudantil (Liberdade e Luta e Novo Rumo). (A USS-SP se alinha majoritariamente com a tendência Voz Ativa).

Em Minas Gerais já foi feita a discussão desta questão no CONEB (Conselho de Entidades de Base), reunido em 31/01 e 1º/2. Foi aprovada a proposta da UEE-MG, que é favorável a uma greve geral, mas não concorda com a maneira de decretá-la proposta pela diretoria da UNE. Segundo declaração do Presidente da UEE-MG, Américo Antunes,

“Sem dúvida, para o enfrentamento dos aumentos de mais de 100% nas escolas particulares, para enfrentar a crise financeira das universidades públicas, a resposta dos estudantes deve encaminhar para a greve geral por tempo indeterminado, em todas as escolas superiores brasileiras. Não pensar assim seria imobilizar o movimento, derrotá-lo de início. Entretanto, é preciso fundamentar nossas propostas na

realidade, nas suas possibilidades. A diretoria da UNE comete, neste prisma, vários equívocos, simplifica as questões. Não se faz uma greve geral no país por decreto, por obra e graça da vontade das lideranças. Propor que o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), nas férias, decreta uma greve em abril, sem passar por um amplo debate e por uma deliberação ampla dos estudantes é o reflexo de uma visão na qual as cúpulas decidem e o conjunto dos estudantes cumpre, executa!

“No Conselho de Entidades de Base da UEE-MG tal proposta não conseguiu angariar sequer um voto.

“A nossa proposta é que a UNE convoque, depois da resposta do MEC às reivindicações apresentadas, um amplo e intenso processo de assembléias gerais, onde os estudantes decidirão ou não a greve geral. Após tal processo de discussões, deve ser realizado um CONEB onde então será computada a decisão tomada pelos estudantes em todas as escolas superiores brasileiras. Como em qualquer categoria, as propostas devem ser submetidas à discussão à deliberação em suas assembléias. É e somente a sintonia com a participação, com a democracia direta, que pode garantir uma greve geral massiva, do conjunto dos universitários brasileiros”. (declaração de Américo Antunes ao EM TEMPO).

Todas estas propostas serão debatidas no CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais), de 12 a 15 de fevereiro, em Curitiba. É a ele que caberá definir qual a proposta a ser encaminhada.

Sindical

Eleições
sindicais

Os impasses do sindicalismo autêntico

Metalúrgicos de Betim - MG

O próximo teste

No começo de março, mais uma eleição sindical importante para os rumos do movimento. Na base da FIAT, em Minas, os metalúrgicos estarão escolhendo entre duas propostas de direção.

Da Sucursal

Os operários não costumam trair seu instinto de classe. Na semana passada, dois deles, Geraldo Cândido Lopes, soldador da Krupp e Antônio Martins Ferreira, da siderúrgica Amaral, se retiraram da chapa 2 que concorreu às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim nos próximos dias 11 a 13 de março. Esta chapa é patrocinada pela arqui-pelega Federação dos Metalúrgicos, e conta com apoio da corrente sindical do jornal Hora do Povo. Os dois metalúrgicos renunciaram à chapa por não suportarem a vilania das idéias que ela carrega.

Geraldo foi aliciado para a chapa 2 da maneira mais infame. Operário sem nenhuma experiência sindical anterior, viu chegar a sua casa, um certo dia, um vizinho acompanhado de alguns estranhos. Estupefato, ouviu o vizinho dizer: "Este é o homem!". Na mesma hora, os estranhos pediram sua carteira de trabalho porque queriam que ele representasse a Krupp nas eleições sindicais. Geraldo explicou-lhes que sua carteira estava retida na fábrica para anotações. Os estranhos então disseram que pegariam com ele a carteira na fábrica e rapidamente se retiraram sem lhe explicar, no mínimo, o que fossem as eleições sindicais, os objetivos da chapa que representavam etc.

Ao contar o acontecido na fábrica, Geraldo foi tomado de grande surpresa quando percebeu que a esmagadora maioria de seus companheiros tinham simpatia pela outra chapa, chapa 1, formada pela oposição sindical. Nos dias seguintes, ao

entregar sua carteira, recebeu em troca material de propaganda da chapa 2, todo ele centrado numa crítica histórica a um dos apoiadores da chapa 1, Adriano Sandri, ex-operário da FMB, de onde foi demitido por suas atividades sindicais e um dos criadores da Pastoral Operária de Betim. Desgostoso com estes métodos, Geraldo não distribuiu o material, guardando-o no armário. E se convenceu finalmente da "fra" em que estava, quando a única pessoa que o procurou na fábrica para dar apoio à chapa 2 foi uma funcionária do escritório da Krupp, repudiada por todos os operários da empresa por ter sido uma das poucas pessoas a furar a greve de 79.

Outra prova de que os métodos do Hora do Povo já estão surrados foi a recusa de Antônio Augusto da Silva, da siderúrgica Amaral, diante das pressões de membros da chapa 2 para que se retirasse da chapa 1, da oposição sindical. Com estas pressões, os organizadores da chapa 2 e seguidores do jornal Hora do Povo haviam conseguido, logo no início da campanha e aproveitando-se de uma grande inibição de seus adversários eleitorais, levar quatro membros da chapa 1.

Toda esta atuação, pontilhada de provocação e ameaças de agressão física, tem gerado repulsa de todas as correntes sindicais e de setores da Igreja Católica. Nesta semana, através do boletim da Pastoral Operária de Betim, os padres Miguel Eloua e Eduardo Metz, coordenadores da Pastoral da Região Industrial de Belo Horizonte, divulgaram uma veemente

condenação aos "métodos da chapa 2, por serem anti-evangélicos e por lembrarem a violência e as ameaças fascistas".

Dos 18 mil metalúrgicos de Betim, apenas 2 mil e 600 estarão em condições de votar. E quase metade destes encontra-se na FIAT, a mais importante fábrica da base, cujos padrões têm todo interesse na vitória da chapa 2. Desde 1978 que a multinacional italiana sistematicamente despede todo operário que se destaca na defesa dos interesses da categoria. Agora, faz vista grossa à ação da chapa 2, tolerando inclusive a atuação aberta de seus apoiadores, que evidentemente não dispõem de imunidade eleitoral. Um deles é Pedro Hermógenes, ex-membro da diretoria pelega afastada em abril e odiada pelos metalúrgicos de Betim por sua traição nas greves de 78 e 79. Pedro Hermógenes, na mecânica da FIAT, é um ardoroso cabo eleitoral da chapa 2. Outros fazem macaquês e provocações na portaria da fábrica, certos da sua impunidade, enquanto os vigilantes da empresa criam todo tipo de embaraço à propaganda da chapa 1: empurram seus membros para longe da portaria, anotam placas de carros etc.

Mas a ação da FIAT não fica nisso. Temerosa da influência da chapa 1, a empresa vem alargando as férias coletivas (para o que contribuiu também a redução de suas vendas). Quando voltarem a trabalhar no próximo dia 16, os metalúrgicos serão informados de que pararão novamente de 28 de fevereiro a 9 de março, e apenas dois dias das eleições.

Oposições perdem mais uma batalha

Nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, a chapa da situação, encabeçada por Antonio Toschi, apostou na desmobilização momentânea da categoria e no continuísmo. Em outras palavras, contando com o descenso grevista, depois da onda 1978-79, e com o fracasso das últimas lutas, a chapa 1 apostou na reação conservadora da grande massa, que teria que optar entre duas direções: a da situação, com seu lastro de administradora da máquina sindical, sem grandes confrontamentos com o patronato, mas quebrando galinhos secundários, e a oposição, sobre a qual pesava o desconhecimento de grande parte de seus jovens elementos e a onda de calúnias espalhadas pelos partidários dos burocratas.

Nesse quadro, a chapa de Toschi pode se dar ao luxo de acompanhar uma votação não tão suja quanto as de outros sindicatos, como o dos metalúrgicos do Rio, por exemplo. Evidentemente, contou com o monopólio da lista de votantes, fazendo campanha dirigida a cada sócio (são uns 15 mil no total) e obrigando a oposição a se dirigir a toda a categoria (45 mil operários). Contou ainda com uma propaganda subliminar, através das cartas de seus diretores, alardeando as realizações da entidade e indiretamente identificando a chapa 1 com essas "conquistas". Contou ainda com os recursos do Sindicato: o mínimo que se pode dizer é que os burocratas tem elementos que são desligados da produção e podem fazer sua política o dia inteiro, inclusive com os veículos do sindicato. Trunfo nada desprezível também era o fato de que, inclusive nos dias de votação, o advogado do Sindicato, alinhado com a chapa 1, teria sido visto

entrando nas fábricas, provavelmente para aliciar votos, segundo componentes da oposição.

A campanha da situação não fugiu assim aos padrões da maioria das campanhas pelegas. Não faltaram inclusive as bem dosadas cartas de acusação à oposição. Críticas ao apoio de Lula, acusando-o de misturar sindicato com partido. Críticas à oposição, classificada como "bando de vadios e desempregados", culminando com um boletim, distribuído no último dia de campanha, que entre outras coisas, acusava Zé Pedro, encabeçador da chapa 2, de ter abandonado o emprego.

A oposição, com quais trunfos contava? Em primeiro lugar, enfrentava uma grande dificuldade: não tinha nada da máquina sindical, nem as listas de votantes, apesar de possuir o apoio do atual presidente, Heno Amorina, totalmente marginalizado pelo restante da diretoria. Os elementos mais experientes da chapa, perseguidos pela repressão patronal, principalmente depois das últimas greves, estavam empregados em empresas menores e inexpressivas. O que é uma situação bem diferente da que enfrentam os atuais diretores, com médias de permanência no emprego bastante altas.

Pressionados por essas circunstâncias, os opositoristas se viram forçados a uma gigantesca campanha de propaganda na porta de fábricas, mobilizando dezenas e mesmo centenas de pessoas, perdendo dias de trabalho. A cidade de Osasco foi assim agitada diariamente. Mas nem sempre os recursos (humanos e materiais) puderam ser utilizados com a racionalidade necessária.

O segundo escrutínio começa agora, uma vez que a chapa 1 conseguiu a maio-

ria simples, mas não a absoluta (50% + 1 dos eleitores).

Os números da eleição

Aqui, um mapa da votação, no primeiro escrutínio, nas regiões e principais fábricas:

A base do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco compreende também outros nove municípios.

	1	2
Taoboão da Serra Embu Itapeçerica	448	590
Barueri Carapicuíba	219	335
Cotia	693	555
Jandira	398	290
Cobraema	1.226	547
Braseixos	956	830
Brown-Boveri	511	614
Uma 8 - Ford, Ferbate, Forjaço Mecânica Sampson	535	212

Resultados Gerais	
Colégio eleitoral	14.649
Total dos votantes	11.659
Chapa 1	6.213
Chapa 2	4.662
Branco	97
Nulos	687



Por Regis Moraes

Para onde vai o movimento sindical?

Mais do que qualquer resultado em termos locais — e eles ainda devem ser melhor avaliados — os resultados do primeiro escrutínio em Osasco parecem indicar uma questão que envolve todas as oposições sindicais, apertadas entre os golpes da ditadura, a repressão patronal nas fábricas e a mafia pelega dentro dos sindicatos. Essa tripla repressão acentua a já enorme rotatividade, não só da direção, mas também dos quadros médios, muitas vezes obrigados até a mudar de base ou até mesmo de categoria. Esse fato se mostrou evidente, por exemplo, também agora na dificuldade para montar a chapa opositorista dos metalúrgicos de Betim.

A consequência da pequena implantação que daí tem resultado, é que as campanhas eleitorais têm se transformado, como dissemos, em gigantescas campanhas publicitárias nas portas das fábricas. E campanhas "no escuro". Num passo seguinte, a consequência pode se transformar em causa, se as oposições se conformarem em transformar o vício em virtude, isto é, se não procurarem insistentemente um modo de furar o círculo vicioso.

Mais além dos impasses das oposições, essas segundas derrotas em eleições, revelam impasses do próprio movimento sindical combativo do país no seu conjunto.

Com o aprofundamento da crise econômica, com todas as suas consequências sobre a vida das massas trabalhadoras, a expectativa de ganhos econômicos e sindicais significativos e concretos é cada vez menor se o quadro atual não for alterado

O resultado deste quadro de repressão sobre o sindicalismo combativo e ausência de ganhos importantes nas lutas, só pode ser o fortalecimento do peleguismo nas direções dos sindicatos. Ainda mais que, a estes fatores objetivos, se soma também

uma clara e agressiva política sindical do governo, dos patrões e — muitas vezes em aliança com estes — também do reformismo operário.

Em contraposição, o sindicalismo combativo e classista — oposições e situações autênticas — encontra-se num prolongado e perigoso quadro de dispersão de forças, inorganicidade, e até mesmo uma certa confusão quanto a uma linha sindical mais geral para sua intervenção nacional. O indicador mais palpável desta situação foi a precária — quase que frustrante — realização do ENTOES — Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical — no ano passado. Não se conseguiu por então traçar um marco orgânico e político coeso para a intervenção nacional do sindicalismo combativo. E como decorrência, assiste-se desde então a uma ação "frouxa" deste sindicalismo em relação aos pelegos e reformistas. Eleições sindicais importantes transcorrem sem uma intervenção efetivamente solidária por parte do conjunto do sindicalismo combativo, a unidade sindical é deixada à mercê dos reformistas, o CONCLAT idem, e assim por diante.

Em meio a esta situação alarmante, foi altamente positivo que a última reunião da direção nacional, do PT tenha reconhecido a urgência de uma corrente sindical do partido e a importância que ela pode vir a ter para a construção de um movimento sindical orgânico combativo no país.

É hora pois, mais do que nunca, de arregañar as mangas e por para diante esta tarefa. Porque, do contrário, de derrota em derrota, logo poderá ser tarde demais para se evitar o pior: a consolidação de uma hegemonia reformista, mesclada de peleguismo, no sindicalismo brasileiro. O que, seguramente, significará a frustração das esperanças de novos tempos para os trabalhadores do país, suscitadas pelo sindicalismo autêntico e o PT.

PIQUETÃO

Eletricistas/SP vai faltar luz?

Considerados uma categoria essencial (segundo o famigerado decreto 1632) mas nada essenciais na hora de receber reajustes, os eletricitários resolveram contribuir para iluminar o Conselho Nacional de Política Salarial. Uma assembléia de dois mil trabalhadores declarou intenção de realizar greve (já decidida em 30/1), se até sua próxima assembléia (que se realizava no momento em que esta edição era fechada) não for acertada sua situação. Principal reivindicação: reajuste de INPC + Cr\$ 2.400,00. Aliás, o CNPS também se verá às voltas com os portuários uma greve de advertência em defesa de um acréscimo a título de produtividade (Cr\$ 1.700,00) e outras reivindicações.

Demissões na Wallig Sul

Desde o último dia 23, cerca de 850 operários metalúrgicos de Porto Alegre estão ameaçados de desemprego pela decretação da falência da Wallig Sul, tradicional fabricante de fogões. A falência em si não causa surpresa, pois o problema vem se arrastando há um ano. Nesse período os

metalúrgicos tiveram de entrar em greve três vezes para receber os seus salários, sempre atrasados pela empresa que os aplicava na compra de matéria-prima para, mais tarde, pagá-los.

Os operários, esses sofreram as represálias da direção da empresa que demitiu durante o ano os membros de sua comissão interna, isto é, os operários mais combativos e os deixou à mercê do sindicato pelego. Os pelegos, é claro, negacearam qualquer mobilização mais intensa que se pudesse fazer em outras fábricas tentando procurar no mínimo a solidariedade dos companheiros, substituindo a combatividade pelos conchavos: na assembléia do sindicato, depois de alguns golpes de mão, conseguem impor sua proposta de formar uma comissão para ir falar com o governador (e a fórmula do reformismo e dos pelegos para enfrentar a crise de desemprego). Este passou o pepino adiante: sugeriu aos operários para que fizessem uma passeata em frente à sede do Banco do Brasil em Porto Alegre, pressionando para que o banco assumia seus compromissos! A confusão é tal, e a margem de manobra do governo e patrões tanta que, certamente, o pior ainda virá.

Vitória-ES: a construção do Bairro Liberdade

É um formigueiro ativo", segundo um morador do Bairro Liberdade, localizado perto de São Pedro, em Vitória, ES. Quinhentos posseiros ocuparam no final de 1980, uma grande área de mangue, erguendo aí seus barracos. A construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão e de outras empresas é hoje um grande polo de atração para o pobre norte capixaba e os migrantes em busca de trabalho deparam com uma cidade totalmente "vendida" às grandes imobiliárias. A saída é a ocupação de áreas desprovidas, especialmente o mangue.

Desta vez, novamente a ação policial se fez presente. Acobertando uma série de grileiros, que após a ocupação das terras pelos trabalhadores, passaram a reivindicá-las, a polícia militar portandoo até metralhadoras, iniciou a destruição de barracos.

O apoio de várias entidades, partidos de oposição e associações, bem como da Igreja local, através da Comissão Justiça e Paz, obrigou a ação policial a se

retrair. O Comando Geral da Polícia Militar foi à imprensa "esclarecer a sua participação nos fatos". Para eles, foram os próprios moradores que solicitaram a presença da PM, "para garantir a ordem no local".

Combinando a crescente mobilização com medidas judiciais, os moradores ingressaram com uma ação, encaminhada pelos advogados Helvírio Castro e Vasco de Oliveira, buscando garantir a posse da terra e responsabilizar os destruidores de barracos, entre eles o Superintendente Geral da Polícia Civil, Cel. Décio Nascimento.

E a vitória acabou sendo dos posseiros do Bairro Liberdade que, comparando em massa no dia do julgamento, conseguiram a liminar favorável a sua permanência no local. Paralelamente, a organização do bairro vai crescendo, em cada rua, em cada barraco. Os representantes de rua, escolhidos pelos posseiros, vão assumindo a liderança e o controle de suas áreas de atuação e Liberdade deixa de ser apenas um nome. Ela está sendo conquistada.

(Otaviano Carvalho)

Metalúrgicos de São Paulo A união, antes que seja tarde

Na mais decisiva das eleições já previstas para o ano, a dos metalúrgicos da capital paulista, a preparação de uma chapa do sindicalismo combativo ainda é bastante precária.

As diversas correntes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo realizaram em 25/1 uma reunião geral visando dar continuidade às articulações de uma chapa unitária anti-pelego para as eleições (junho de 81). Entre outras coisas, foi delineado um programa mínimo para formação da chapa. O primeiro item desse programa, relativo às lutas econômicas, inclui, entre outras, a reivindicação da escala móvel dos salários, reajuste trimestral, jornada de 40 horas semanais, negociação direta, salário mínimo nacional unificado. O segundo item, relativo às "lutas sindicais", reivindica a liberdade e autonomia dos sindicatos frente ao governo, partidos e demais instituições, e mais, a CUT, delegado sindical, comissão de fábrica etc. As lutas políticas referem-se ao fim do regime militar, da Lei de Segurança Nacional, direito de greve, e à "reforma agrária de acordo com os interesses dos trabalhadores rurais". Por fim, o programa fala da administração do sindicato, referindo-se

à democratização da entidade, implantação de subdesdes, etc.

Os próximos passos serão destinados à concretização de reuniões por setor, com o mesmo caráter de frente unitária das correntes, iniciando um trabalho organizativo em cima das lutas localizadas das empresas.

Ainda há dúvidas quanto à adesão à oposição dos apoiadores do jornal Tribuna da Luta Operária, que já iniciaram campanha em favor da candidatura Aurélio Perez para presidente, inclusive fazendo pichações em muros próximos das grandes fábricas.

O caminho para obter a unidade das oposições, desse modo, é sem dúvida muito difícil. Mas é urgente, diante do cerco que o regime, pelegos e correntes reformistas tem tentado impor às correntes classistas, que tem manifestado, cada vez mais, o sentimento de que é necessário abrir mão das pequenas divergências.

Outro fato a lamentar é a intervenção muito tímida dos sindicalistas autênticos nesse processo. Tomaram uma atitude tardia contra a máfia sindical do Joaquina. Têm tido intervenções muito reticentes nas discussões para formação das chapas opositoristas, com temor de se envolver fora de suas categorias. Neste momento em particular, o respeito perigoso pelo feudo alheio, além de não ter nada a ver com a unidade da luta trabalhadora, também não percebe que o isolamento vai reforçando, trincheira por trincheira, os pelegos e seus aliados, que mais cedo ou mais tarde estarão também nos "seus" sindicatos...

A não ser que essa tendência seja revertida com firmeza, pode-se esperar uma pulverização das forças anti-pelegas e portanto uma derrota por antecipação. No quadro atual de descenso do movimento grevista, derrotas opositoristas, e avanço de uma crise econômica com consequências dolorosas para as massas, é quase um crime essa omissão.

Campo

GETAT: um ano de atuação

Os limites do "foquismo" do governo na questão da terra

Ou como o governo muda de tática e tenta ganhar o campesinato politicamente, distribuindo terras a uns poucos e mantendo a maioria na expectativa.

Por Tereza Barros

Ao completar de um ano de atuação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), seu presidente, Íris Pedro de Oliveira, faz um relatório ao general Danilo Venturini, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Este grupo executivo está subordinado diretamente aos coronéis e generais responsáveis pela chamada "segurança nacional", na qual se incluem os conflitos de terras. A área de atuação do GETAT abrange 400 mil km² de terras em três Estados — Goiás, Maranhão e Pará —, onde têm ocorrido os choques mais numerosos e graves em torno da questão da terra.

Os resultados da ação do GETAT neste primeiro ano ficaram aquém do sensacionalismo com que foi lançado em fevereiro de 80, às vésperas da reunião dos bispos em Itaici, quatro mil títulos de propriedade distribuídos em uma região de cerca de quatro milhões de habitantes, a maioria absoluta constituída de lavradores sem terra, e que recebe dezenas de famílias de migrantes por dia.

O objetivo é amainar tensões localizadas

Mas não é objetivo do governo realizar alterações profundas na estrutura da posse de terra, e sim aliviar tensões sociais no campo através de pequenas concessões nas áreas de fronteira agrícola. E nisto ele tem tido algum sucesso. Além de tentar neutralizar o campesinato, e ganhá-lo politicamente, o governo quer garantir a tranquilidade necessária para a implantação de grandes projetos como Carajás e a hidrelétrica de Tucuruí, nos quais há grandes interesses em jogo, ligados ao capital monopolista estatal, nacional e estrangeiro. E, de quebra, esses camponeses poderão contribuir para diminuir o déficit na produção de alimentos.

Mas a tática do "GETÁTICO" (conforme é chamado pelos camponeses da região) não está sendo compreendida pelos grandes proprietários e especuladores de terras, que já reclamam que o "governo está estimulando a indústria de posse". Os tradicionais latifundiários e também os novos capitalistas territorializados são incapazes de compreender que as vezes é preciso entregar alguns anéis para salvar os dedos. Ou seja, usar parte das terras devolutas a fim de evitar a reforma agrária.

Não se sabe de nenhum grande fazendeiro que tenha perdido suas terras devido à ação do GETAT. O máximo que ocorre é a permuta de pequenas faixas de seus imensos latifúndios (em geral grilados e sem titulação legal) por novas terras em áreas não ocupadas por posseiros.

O GETAT está criando novos minifúndios

O mais comum é os posseiros receberem menos do que têm direito por lei. Embora o módulo mínimo legal seja de 100 hectares, o GETAT tem titulado posses de menos de 30 hectares. Como só é permitida a exploração de 50% do imóvel, o novo colono torna-se logo de início um minifundiário condenado a perder suas terras em prazo curto, pois elas são insuficientes para sua sobrevivência econômica. O GETAT não



D. Pedro Casaldáliga apelida o GETAT: "Garantimos Estas Terras Aos Tubarões".

lhes oferece nada além do título. Para produzir, esses colonos precisam de boas estradas, atendimento à saúde, assistência técnica, etc.

Por isso, embora estejam agora livres da expulsão violenta pelos grileiros, jagunços e policiais, os novos pequenos proprietários enfrentam outro tipo de expulsão — a "mansa" — ou expropriação global da economia brasileira ao capital monopolista, industrial, comercial e financeiro. Neste sentido é válida a alcunha com que D. Pedro Casaldáliga apelidou o GETAT: "Garantiremos essas terras aos Tubarões".

Planalto envia dois mineiros ao sul do Pará: Íris e Curió

Apesar das pressões dos donos de serrarias, dos grileiros e políticos regionais, no sentido de evitar a mínima concessão ao campesinato, o governo federal deve continuar sua estratégia política. Para isso conta com dois hábeis políticos mineiros: o próprio presidente do GETAT, Íris Pedro de Oliveira (desde 1967 trabalha no INCRA e está ligado ao SNI), e o tenente-coronel Curió (Sebastião Rodrigues de Moura, que usou desde a guerrilha do Araguaia os nomes frios de Curió e Luchini).

Enquanto Íris cuida dos posseiros, Curió cuida dos garimpeiros e índios. Suas tarefas porém não são fáceis.

sem dono. Porém, a grilagem hoje vai de avião, antecipando a chegada dos lavradores pobres. Em 1981, mais uma letra deverá ser acrescentada ao GETAT — o X de Xingu. E assim por diante, vai prosseguindo o processo de ocupação de nossa fronteira agrícola, podendo ultrapassar até mesmo a fronteira político-geográfica. No Paraguai, por exemplo, já vivem mais de 200 mil brasileiros, enfrentando os mesmos problemas com a questão da posse da terra.

Mesmo que sejam reais as cifras apresentadas pelo GETAT e pelo INCRA (respectivamente quatro mil e 100 mil títulos distribuídos em 1980), elas são incomparáveis às necessidades dos 15 milhões de lavradores brasileiros sem terra. Mas atender aos anseios das grandes massas não está nas cogitações do estado e das classes dominantes do Brasil. Suas ações nesse campo nunca são amplas, e sim "foquistas": isto é, visam apenas apagar focos de tensão. O processo geral é de intensa concentração da propriedade da terra. É o próprio INCRA quem revela, a contragosto, que em 1978, 1% dos proprietários já dominavam mais de 55% das terras do país (em 1972, possuíam 45%).

Portanto as ações radicais no sentido de extinguir o monopólio da terra cabem aos camponeses, trabalhadores rurais e demais parcelas da população interessadas em profundas alterações na economia e na sociedade. Nas áreas do GETAT já surgem manifestações de camponeses exigindo a titulação de todas as posses, a obediência ao módulo mínimo de 100 hectares, a concessão de terras a todos os lavradores da região. Cresce a organização em sindicatos e associações, e multiplicam-se as denúncias das violências dos grileiros. O aumento da resistência dos camponeses vai criando dificuldades crescentes ao regime, que acabará tendo que mostrar sua verdadeira face de representante do grandes latifundiários e capitalistas.

1% dos proprietários com 55% das terras: o fundo da questão

A cidade de Xinguara é um exemplo típico. Surgiu em 1976, com a promessa do governo paraense de efetuar a colonização das terras situadas na região. Em menos de dois anos, já contava com sete mil habitantes. Hoje sua população beira 20 mil pessoas. E a maioria delas ainda está em busca do almejado pedaço de chão. As grandes serrarias e fazendas dominam a paisagem. A cidade está com os olhos na rodovia que abre as matas do vale do Xingu, na expectativa de terras



Mulheres

IV Encontro Nacional das Empregadas Domésticas

A luta pelo sindicato

Rio Grande do Sul, final de janeiro: 100 trabalhadoras, representando delegações de oito Estados debatem os problemas da categoria.

Férias de 30 dias, salário mínimo profissional, aviso prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, seguro de prevenção contra acidentes, 13º salário, descanso semanal remunerado, salário-família estas são as principais reivindicações levantadas durante o IV Congresso Nacional de Empregadas Domésticas, que se encerrou dia 24 de janeiro, no Seminário Maior de Viamão, no Rio Grande do Sul.

O reconhecimento das trabalhadoras como uma categoria profissional, a aceitação pelo governo de suas entidades de classe, a aplicação efetiva da lei sobre o trabalho do menor, também foram pontos importantes discutidos que, em conjunto, deverão ser encaminhados pela coordenação nacional das associações de domésticas ao Ministro do Trabalho.

Foram quatro dias de discussões sobre quatro temas — a valorização profissional e pessoal da empregada doméstica, a questão trabalhista, sobre o trabalho da menor e a importância da associatividade. Delegações de oito Estados brasileiros, reunindo mais de 100 pessoas, debateram inicialmente as questões em pequenos grupos, concluindo os trabalhos numa sessão plenária, durante todo o dia de sábado.

O Congresso, na opinião de seus participantes, foi altamente positivo. "Reforçou a união da classe, a necessidade de discutir os problemas em conjunto e lutar juntas pelos direitos e pela valorização", disseram as empregadas. De fato, os temas sobre a questão trabalhista e sobre a associatividade foram os que mais chamaram a atenção das congressistas.

Segundo um levantamento realizado por elas, grande parte das domésticas a nível nacional ganha entre Cr\$ 800,00 e Cr\$ 1.000,00 mensais. Algumas chegam a ganhar até Cr\$ 200,00 mensais pois as patroas alegam enormes descontos de alimentação e higiene. Assim, ainda a situação de muitas empregadas é de semicativado, impedidas de ter uma vida própria e de ganhar um salário correspondente ao seu trabalho.

Os relatos de exploração no emprego foram múltiplos durante todo o Congresso.

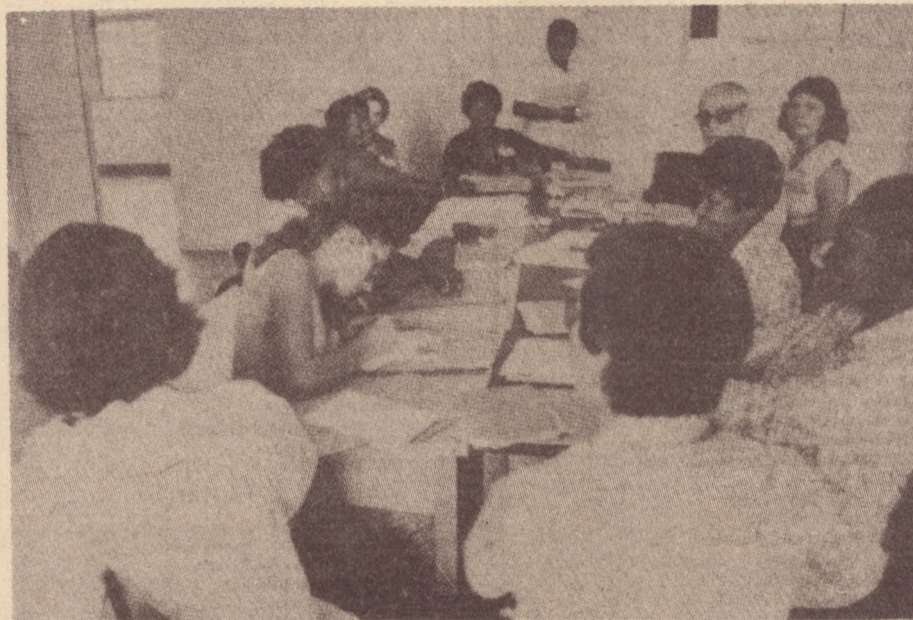
Lembraram da origem da maioria delas: famílias muito pobres de agricultores do interior, principalmente do Nordeste, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Falaram da miséria no interior e da esperança de uma vida melhor num emprego na cidade, e da desilusão: "As crianças de 7, 10, 13 anos que vêm para a cidade geralmente são surradas pelas patroas. Ficam na solidão, sem ter como se comunicar com os pais, porque os patrões não as deixam escrever para a família, temendo que elas façam denúncias sobre os maus

tratos. Salário não recebem, ou recebem mixaria. E quando vão ficando mais velhas, surge o perigo da prostituição porque elas ficam sem nenhum amparo na cidade. Os filhos dos patrões também, às vezes, abusam das empregadas", relataram elas nos grupos.

A partir do reconhecimento de suas associações, a meta das empregadas domésticas é a construção de seus sindicatos, órgãos que devem se transformar em importantes instrumentos de defesa dos interesses trabalhistas da categoria. O próximo Congresso Nacional ficou marcado para daqui a quatro anos, em Recife.

O encerramento, no sábado, contou com a presença do deputado federal do PDS, Carlo Chiarelli, prometendo que irá propor no Congresso nacional, em março, a extensão dos benefícios do Fundo de Garantia e do 13º salário àquela classe de trabalhadores, além de repouso semanal remunerado já que, atualmente, elas têm apenas direito a férias. O parlamentar do PDS disse da existência de dificuldades da fiscalização da atividade por ser prestada na intimidade do lar, que é indezível de acordo com a constituição.

Em seguida houve uma missa cantada e uma grande confraternização que emocionou muitas das participantes. No domingo, a comissão coordenadora nacional das associações profissionais elaborou um documento final do encontro e as congressistas aproveitaram o dia para conhecerem um pouco a capital gaúcha.



“Mulher, profissão secretária”

Um caderno recentemente lançado pela Associação de Mulheres de São Paulo

“ Sim senhor. Pois não. Sim Senhor. Bato à máquina o dia inteiro, atendo telefone, classifico papéis. Sim senhor, sirvo café, vou buscar um lanche, o terno no tintureiro, bato à máquina. De novo o telefone. Entro as oito da manhã, saio às 18 horas no melhor dos casos. Estou sempre cansada. Trabalho no centro da cidade.

Sou secretária em um escritório de contabilidade. O meu ônibus, eu pego na esquina da São João com Ipiranga. Faço fila pois nesse horário tem muita gente. Bem em frente, do outro lado da avenida, puseram um cartaz imenso onde se pode ler “Erotismo nos escritórios”, um filme sensacional; e mais “As secretárias que faziam tudo... até bater a máquina do patrão... Elas não sabiam dizer não para o patrão... Para aumentar a produção faziam serão no colo do patrão...”

O que sinto é revolta. Raiva de ver minha profissão insultada naquele cartaz. (Maria Alice, paulista, 32 anos, solteira, secretária senior).

Este depoimento faz parte do caderno “MULHER, PROFISSÃO SECRETÁRIA” publicado pela Associação das Mulheres, que pretende assim iniciar uma discussão sobre as profissões das mulheres.

O caderno aborda diversos aspectos da profissão de secretária: formação profissional, o dia a dia da secretária, suas queixas, seu papel como profissional, os preconceitos machistas.

Por Thais de Souza e Tereza Verardo

MULHER

CADERNO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES



MULHER PROFISSÃO SECRETÁRIA

A idéia de se fazer um caderno sobre as secretárias surgiu a partir de um controvertido anúncio do Diário Popular (veja box). Entrevistada pelo EM TEMPO, uma das autoras, Cuca, conta que “a necessidade de se falar sobre a profissão de secretária surgiu a partir de mobilização das secretárias por ocasião do anúncio do Diário Popular. Surgiu um abaixo-assinado com 399 assinaturas denunciando a imagem da secretária na TV, numa posi-

ção perfeitamente identificada com a imagem social de inferioridade da mulher”.

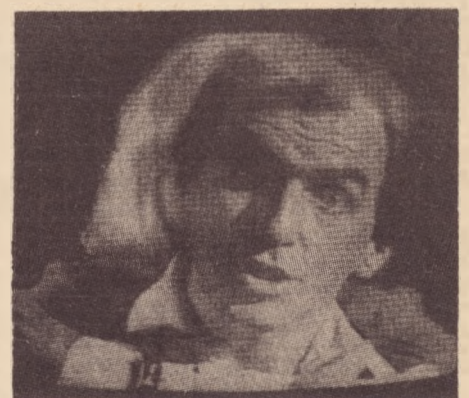
Já a autora e atriz do anúncio Leila Loureiro, numa entrevista ao Jornal dos Publicitários discorda desse enfoque: “Recebi muitos telefonemas, principalmente de secretárias que se sentiam desrespeitadas, e respondi que essa era uma imagem que ainda estava aí, e que cabe a elas mudar esta realidade, o conceito que os homens tem sobre a profissão delas. O que elas não entenderam é que o comercial foi uma grande piada.”

Ângela Loyla, presidente da Associação das Secretárias, disse que recebeu dezenas de telefonemas de protesto considerando o comercial discriminatório, “porque apresenta as secretárias como prostitutas”.

De qualquer modo, nem as secretárias nem as feministas concordam com um comercial que vê as secretárias como “a segunda profissão mais antiga do mundo” e este caderno é, entre outras coisas, uma forma de manifestar esta discordância.

Cuca ressalta ainda, a importância deste caderno por ter uma linguagem simples, tocando nos temas do cotidiano da mulher secretária, e que por isso pode ser lido e pôde ser feito por mulheres que não eram feministas militantes mas que se uniram no momento em que se sentiram feridas por serem tratadas como mero objeto no comercial.

Um asco publicitário

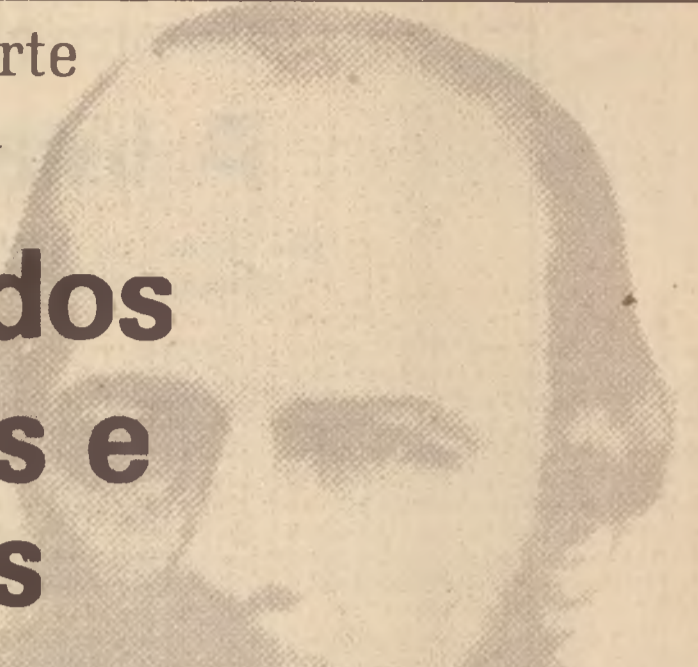


“Não sei porque minha mulher não gosta dos anúncios Classificados... Até minha secretária eu consegui através dos Classificados... Acho que vou anunciar ela nos Classificados...” (Propaganda dos classificados do Diário Popular de São Paulo, fartamente levada ao ar nos canais de TV do Estado)

Centenário da morte de Dostoievsky

O escritor dos humilhados e ofendidos

Por João Antônio de Paula



Comemorou-se no dia 28 de janeiro cem anos da morte de Dostoievsky, escritor russo nascido em 1821, um dos maiores romancistas de todos os tempos.

Dostoievsky nasceu de uma família pequeno-burguesa. O pai era médico, oficial do exército czarista, e criou os filhos com violência e avaria. Destino trágico, o pai de Dostoievsky terminou por ser assassinado a pauladas por seus servos.

A vida de Dostoievsky foi marcada por tragédia e dor. Ele próprio, epilético, viu a primeira mulher morrer tuberculosa, passou vários anos preso em condições terríveis na Sibéria, experiência que ele descreve em um dos seus mais conhecidos livros **Recordações da Casa dos Mortos** (1861).

A grande arte, o grande pensamento que transformou o mundo na segunda metade do século XIX tem na recusa, na repulsa ao capitalismo e às suas implicações esterilizantes a uma autêntica existência humana, seus traços comuns.

I — A grande utopia

É a denúncia de um mundo inautêntico, de uma existência cada vez mais mediocrizada, limitada, o elemento central de **O Vermelho e o Negro** de Stendhal, de **Ilusões Perdidas** de Balzac, de **Madame Bovary** de Flaubert, de **Ana Karenina** de Tolstói e, sobretudo, de **Crime e Castigo** de Dostoievsky.

É esta mesma motivação que move a crítica radical de Marx, Bakunin e Proudhon. O que salta à vista nos exemplos citados é que estas críticas ao capitalismo, à sociedade burguesa, assumiram várias formas, trajetórias nem sempre coerentes, límpidas, lineares.

A recusa ao estreito e ossificado que o capitalismo reduz a vida humana tem, por exemplo, resposta inteiramente problemática nas obras de Kierkegaard, Nietzsche. A recusa ao capitalismo em Balzac é uma manifestação de nostalgia e ideologização do passado monárquico, da aristocracia, da ortodoxia católica, contra os novos tempos, o aburguesamento da sociedade francesa.

Nem por isso a obra de Balzac deixou de ser, e ainda hoje é, momento insuperável enquanto radiografia, dissecação do capitalismo, de suas motivações e implicações.

Dostoievsky é um dos marcos dessa recusa radical de toda inautenticidade, de toda a falsidade, de toda a estreiteza da existência humana. Um marco luminoso e genial, uma espécie de grande estrela brilhando dignidade, coragem, perseverança e força.

Se Dostoievsky é uma estrela e brilha, é também um mundo, um mundo habitado por personagens fantásticas, por desejos,

obsessões, por contradições. Sua recusa ao capitalismo tem peculiaridades, que o fazem caso singular na história da literatura, do pensamento.

É uma recusa ao capitalismo num país em que este apenas é uma possibilidade. A servidão, as relações feudais só são dissolvidas na Rússia em 1861, quando Dostoievsky já está com 40 anos.

Sua primeira resposta é a adesão aos grupos anarquistas que dominavam o movimento político-revolucionário na Rússia. Sua militância é interrompida em 1849 com a sua prisão e condenação à morte. A sentença é comutada e transformada em prisão durante quatro anos na Sibéria, após o que se seguiriam mais quatro anos de pena servindo como soldado também na Sibéria.

Esses quase 10 anos de degraço mudaram a vida de Dostoievsky. Marcou uma espécie de renascimento. Será a partir dessa nova vida adquirida que ele produzirá seus grandes romances: **Crime e Castigo** (1866), **O Jogador** (1867), **O Idiota** (1868), **Os Possessos** (1871) e **Os Irmãos Karamazov** (1880).

Outra consequência desse renascimento é a condenação de Dostoievsky ao anarquismo, aos projetos políticos de juventude. Dedicou, a partir daí, toda a sua energia, todo o seu esforço na busca de uma Religião, que fosse só fé, paixão, sem hierarquia, sem falsidades. Uma Religião que realizasse os ideais do cristianismo primitivo, corrompido pela hierarquia romana.

Surge então uma espécie de grande utopia de Dostoievsky, a construção de um mundo que fosse a fusão do cristianismo primitivo e o mundo da harmonia homem-natureza que a antiguidade clássica parece desprender.

O outro motivo central da obra de Dostoievsky é o eslavismo, o forte sentimento nacional, a tentativa de resgatar a ortodoxia religiosa e dos costumes, contra a europeização, a ocidentalização da Rússia, contra o seu aburguesamento, contra a corrupção e o crime.

Parece decifrado o enigma. Dostoievsky seria apenas um místico, radical e brilhante, um caso de conservadorismo, anacronismo, reação diante do progresso. Mas o caso é mais complicado.

II — O gesto radical

Otto Maria Carpeaux, numa belíssima introdução a uma edição de **Os Irmãos Karamazov** de 1952 diz o seguinte: "Eslavofilia e panslavismo, ambas as doutrinas encontram-se em Dostoievsky. Pertencendo à segunda geração dos eslavófilos, aquela que participou da transição para o panslavismo, Dostoievsky é o maior representante dessa transição. Como panslavista, é inimigo da Europa,

como eslavófilo, é apenas inimigo da europeização da Rússia. Como panslavista, é partidário do imperialismo (Tzarista); como eslavófilo sonha com a salvação pacífica do mundo pelo povo russo. Mas nunca idealiza a Rússia, como o fizeram os eslavófilos da primeira geração. Dostoievsky é realista: vê claramente na Rússia, os abismos do pecado e do crime, e ninguém poderia pintar a Rússia com cores mais negras do que ele fez. Mas justamente por isso — porque o criminoso está predestinado a santo — justamente por isso, Dostoievsky considera o povo russo como teófaso, salvador do mundo". (pp. 54-55).

Esse é um dos temas centrais da obra de Dostoievsky, o tema da redenção que só é conseguido com a expiação da culpa, mas sobretudo com a certeza de que só os homens capazes dos mais radicais gestos conseguirão, de fato, se humanizarem.

O jovem estudante Roskolnikov, personagem central de **Crime e Castigo**, vive num sórdido porão, atolado em dívidas, miseravelmente vestido, sem esperanças, acossado pela perspectiva de uma existência medíocre, afundado em alguma obscura repartição pública, arrasado por uma sociedade fechada, que condena a grande maioria de seus membros à uma espécie de morte-em-vida.

Roskolnikov é um jovem idealista, admirador de Napoleão, fascinado pela trajetória heróica do Imperador, que foi um modelo para toda uma geração, do jovem Julien Sorel de **O Vermelho e o Negro**, do ambicioso Rastignac de **Pai Goriot** de Balzac... Napoleão é um exemplo de luta, de destemor, da força de um homem dominando, conquistando e impondo a todos uma nova realidade, o mundo burguês.

Roskolnikov rumina seu inconformismo, planeja libertar-se, planeja realizar algo de grandioso, que possa fazê-lo romper com o círculo fechado de sua vida amesquinhada. Para Roskolnikov isto se materializa no assassinato de uma velha usurária, no roubo de suas supostas riquezas, no uso mais nobre e amplo desses valores.

Mas o sentido moral fala mais alto. Roskolnikov após assassinar a velha e a irmã desta, que inesperadamente aparece, corre desesperado, abandona tudo, o produto do roubo nem mesmo é usado, acossado pelo remorso, pelo desespero, Tomado por emoção irresistível deixa-se arrastar por um turbilhão de sentimentos, culpa, remorso, chega ao limite de razão.

Sua redenção começa com o remorso, a expiação daquele terrível gesto. Mas o elemento fundamental da redenção de Roskolnikov é o amor de Sônia, doce e bela adolescente que encarna de forma notável o obsessivo tema de Dostoievsky: o tema da redenção em meio à lama e à degrada-

ção. Sônia é obrigada a prostituir-se para alimentar seus irmãos e madrasta. Sônia é toda pureza e doçura afundada na prostituição, transformando o degradado que a cerca em generosidade e afeto, dignidade e amor.

É esse o amor notável dessa criatura "santificada" pelo sofrimento que libertava Roskolnikov do inferno de sua culpa.

III — Reacionário?

Será possível outra interpretação para Dostoievsky que não a de ser ele um místico, irracionalista e reacionário?

Acreditamos que sim. Em primeiro lugar, é preciso considerar que o socialismo que Dostoievsky rejeita é a versão anarquista-terrorista que marcou toda uma geração de intelectuais russos. Existem interpretações como a de Otto Kaus que diz: "Dostoievsky é um utopista cristão. Utopia porque então só havia a utopia para opô-la à realidade russa. Mas esta já não era a da Rússia antiga, do czarismo meio medieval, meio oriental e sim a da Rússia depois da abolição da servidão, em pleno aburguesamento. Dostoievsky teria rejeitado o socialismo porque só conhecia o de Bakunin e dos terroristas-utopistas, mas teria saudado, talvez, a revolução do marxismo" (Otto Maria Carpeaux, **Teoria da Literatura Ocidental** vol. V p. 2537).

Mesmo que esta interpretação sugerida por Kaus seja excessivamente especulativa não podemos desconsiderar uma idéia de Marx a respeito da relação dos homens com seu tempo. Diz Marx que: "Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas-sociais e as relações de produção" (Karl Marx-Prefácio à **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 1859).

A obra de Dostoievsky está repleta de contradições dilacerantes que se dão numa sociedade ainda não completamente aburguesada, mantendo traços fortes de feudalismo, cortada por uma cultura extremamente influenciada pelo oriente, asiática, híbrida.

Dostoievsky reflete essa transição numa posição radical rejeitando toda falsidade, toda inautenticidade, buscando resgatar o homem para um ideal mais alto em que seu destino, suas relações estivessem marcadas pela generosidade, fraternidade. A busca de um mundo não alienado que ele parece encontrar numa religião. Um sonho magnífico e contraditório. Um sonho possível pela situação específica da Rússia asiática e ocidental, burguesa e feudal, católica e pagã.

Internacional

El Salvador

Próximo Vietnã?

A partir de dezembro de 1977 as forças armadas do governo de El Salvador e a ORDEN (organização de extrema-direita que já assassinou mais de três mil camponeses) vêm realizando cercos militares àquelas zonas onde mais progride a organização popular. Estes cercos militares são acompanhados de guerra psicológica, seqüestros, assassinatos de camponeses, destruição de casas e plantações, pilhagens, violações e militarização da população. Os camponeses se vêm obrigados a esconder com suas famílias nos montanhas para evitar que sejam assassinados ou capturados, ou para evitar que suas mulheres e filhas sejam violentadas.

Grande número desses massacres-verdadeiro genocídio cometido contra um povo — foram inclusive reconstituídos e documentados pela Comissão dos Direitos Humanos da OEA. O mais grave, entretanto, é que vários depoimentos também relatados por membros da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador confirmam a participação norte-americana nestes massacres.

Na zona de Aguilares, por exemplo, muitos camponeses denunciaram ter visto pessoas falando inglês, dirigindo-se a bandos armados que chegavam à região para reprimir. Também os operários da Federação Revolucionária Sindical de San Salvador afirmam que quando se encontravam detidos na Polícia Nacional foram interrogados por pessoas de nacionalidade norte-americana, identificados pelo tom de voz e pelo mal castelhano que falavam. É bom lembrar que o próprio documento secreto de autoria de funcionários

do Departamento de Estado, da Cia, do Departamento de Defesa e do Conselho Nacional de Segurança norte-americanos (publicado por EM TEMPO nº 121) informa que o plano oficial de intervenção americana em El Salvador destaca a tarefa de "estabelecer e ou melhorar a comunicação e a cooperação entre as forças armadas e as organizações para-militares na Guatemala, El Salvador e Honduras".

A seguir, reproduzimos uma entrevista do padre Ezequiel Gómez, da igreja Salvadorenha, concedida a Lasse Palmgreen, do secretariado de redação do jornal COMBATE, um pouco antes da intensificação do conflito em El Salvador.

Pergunta - Aqui, atrás do arcebispo de San Salvador vemos uma porção de gente que veio do campo. Por que estão aqui?



Na cidade do México, manifestação de solidariedade ao povo salvadorenho.

Resposta - O comitê no qual trabalhamos começou a funcionar há um mês quando nos damos conta que estavam ocorrendo muitos massacres no interior do país. E começamos, quatro sacerdotes, três religiosas e uns quatro leigos a nos interessar por todas estas pessoas que aqui acorriam para se refugiar. Isto porque eram perseguidos pela ORDEN, pelo exército, pela Guarda de diferentes regiões onde eles estavam organizados.

Pergunta - E quantas pessoas estão aqui agora?

Resposta - Aqui cerca de 300 e mais 100 na Basílica. Porém, estamos com problemas de alojamento já que alguns colégios não quiseram sedar seus alojamentos porque estão em aula. Algumas pessoas creem que não há uma guerra ainda no país e que, por isto, não está colocada esta emergência. E nem mesmo a Cruz Verme-

lha Internacional tem nos prestado ajuda sob o mesmo argumento.

Pergunta - E as pessoas continuam chegando...

Resposta - Sim, continuam chegando pessoas de Chalatenango, de Aguilares, Cojutepeque, de Zinguerá, enfim, de todas as partes onde vem ocorrendo repressão e as casas são incendiadas. Agora, aqui ao redor, temos, por exemplo, mais de 20 crianças órfãs, há uma família completa da qual só restou um homem com seus seis filhos, a maior com onze anos e a menor com um. E nem aqui estão seguros. Aqui em El Salvador ou em qualquer outro lugar não há segurança para eles porque essa gente que está por aqui por ter sido ameaçada, sabem que serão mortas se forem encontradas. Nem dentro da igreja, na paróquia se tem mais segurança.

Pergunta - E que meios tem vocês para manter e ajudar a toda esta gente?

Resposta - Os únicos meios de que dispomos vem da Cáritas Internacional e de gente caridosa que dá sua contribuição. E, por isso, quero fazer chegar a todos os povos do mundo para que se dêem conta do massacre que está se dando em nosso país, para que se denuncie esta Junta e estes governos centro-americanos que destroem a toda a comunidade que quer se organizar, que quer ser livre.

E também para dizer que este é um povo com fome, doente, que necessita ajuda, que não necessita tanques nem balas, mas sim educação, necessita alimentação, todos estes elementos que são indispensáveis para a vida humana porque somos todos irmãos e nos necessitamos uns aos outros.

Quem são os terroristas, Mr. Reagan?

Como era previsível, a luta de libertação do povo salvadorenho joga lances decisivos no cenário internacional. De um lado, os EUA articulam uma ofensiva em várias frentes, procurando retomar as iniciativas militares, diplomáticas e de propaganda sobre a América Central. Do outro, começam a tomar corpo em vários países manifestações de protesto contra a intervenção americana e a formação de comitês de solidariedade à revolução salvadorenha.

Trata-se, para os EUA, de colocar em segundo plano a estratégia paralisante dos "direitos humanos" de Carter e retomar freneticamente a tese da "expansão do comunismo" versus a "defesa da democracia". E como a realidade ditatorial da Junta Salvadorenha é difícil de ser negada, a política americana vem carregando na acusação do envolvimento de Cuba e Nicarágua em El Salvador para justificar a sua crescente intervenção na região.

É nesta tecla, por exemplo, que bate o documentário a cores produzido pela Fundação do Conselho de Segurança e pela Coalizão pela Paz Mediante a Força (entidade de direita norte-americana) e intitulado "Ataque sobre as Américas", que servirá de base para uma multimilionária campanha publicitária nos EUA. Na mesma direção, batem a declaração do atual secretário de Estado norte-americano — Alexander Haig — de que "está claro que os cubanos estão seriamente implicados em El Salvador e estamos descobrindo provas cada vez mais numero-

Ao mesmo tempo em que o apoio militar norte-americano à Junta de El Salvador se multiplica, o novo presidente norte-americano afirma que não permitirá a expansão do terrorismo internacional. Porém, fontes as mais diversas confirmam a participação norte-americana nos massacres em El Salvador.

sas de uma participação da Nicarágua".

A única prova apresentada, no entanto, até o momento foi a apresentação de uma entrevista longa na rádio e televisão salvadorenha de um piloto naturalizado nicaraguense confessando ter tido o seu avião derrubado pelo governo salvadorenho quando se dirigia a um campo de aviação clandestino para entrega de armas vindas de Manágua para os guerrilheiros. Jornalistas estrangeiros que compareceram ao local onde o avião teria sido destruído e onde teria havido um confronto entre guerrilheiros e as tropas governamentais pela posse do material do avião, não confirmaram sinais de combate, o que levanta dúvidas sobre a versão oficial.

A suspeição sobre as informações veiculadas pela Junta de governo de El Salvador foi fortalecida igualmente pelas declarações feitas no dia 28 de janeiro por dois altos funcionários demissionários do governo que confirmaram que a Junta mentiu sobre o desembarque no país de guerrilheiros nicaraguenses para justificar a intervenção norte-americana.

E se há dúvidas sobre a ajuda prestada aos guerrilheiros salvadorenhos, sobre o seu alcance, há cada vez mais provas

abundantes da farta intervenção direta e indireta dos EUA na região. Além da confirmação da ação de tropas de Guatemala e Honduras em El Salvador, denúncias feitas pelo padre José Rutilio Sanchez, assessor direto de Dom Romero assassinado pela extrema-direita salvadorenha, dão conta de que estão trabalhando junto às forças Armadas técnicos especializados em torturas vindos do Chile, Argentina e Uruguai. Dirigentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional denunciaram também que 800 norte-americanos teriam sido enviados para dar ajuda ao Governo salvadorenho a partir do Panamá.

Paralelamente, tem crescido nos últimos dias uma pressão em várias frentes sobre a revolução nicaraguense. Os EUA praticamente suspenderam o envio da última parcela dos 75 mil dólares de ajuda econômica aprovada durante o Governo Carter; sete sandinistas foram assassinados na região fronteiriça de Honduras por ex-guardas nacionais somozistas; a embaixada nicaraguense em El Salvador foi duramente atacada com armas de fogo e explosivos, coincidentemente logo após agentes da polícia salvadorenha terem

abandonado o local. Em resposta, o povo nicaraguense vem aumentando a mobilização para defender as suas conquistas no caso de uma eventual agressão externa.

Solidariedade

No dia 11 de janeiro, mesmo sob uma temperatura abaixo de zero, duas mil pessoas se reuniram em Washington para protestar contra a intervenção americana em El Salvador. Já no dia 22 de janeiro, no México, cerca de 60 mil pessoas participaram de uma manifestação convocada por 60 organizações em apoio à luta do povo salvadorenho. Finalmente, em Frankfurt na Alemanha Ocidental, mais de 15 mil pessoas foram às ruas protestar contra o "terror militar" imposto ao povo de San Salvador pelos EUA.

Rasgos de solidariedade partem também de entidades sindicais: nos EUA, o sindicato de estivadores ILWU na Costa Oeste anunciou que seus membros não carregariam armas ou material bélico destinado à junta salvadorenha; a mesma atitude foi tomada pelos estivadores da CGT francesa e de Barcelona.

O fato é que cresce cada vez mais a consciência de que o que está em jogo é muito mais do que a revolução em El Salvador. É a tentativa do imperialismo norte-americano de recriar, no plano interno e externo, a sua iniciativa militar tão duramente atingida pelo trauma do Vietnã, o que pode ser determinante para o futuro do processo revolucionário em vários países, em várias partes do mundo.

Polônia

SOLIDARNOSC

Geralmente se destaca apenas o caráter sindical do momento operário polonês. Qual é o balanço que você faz deste movimento?

— Assistimos na Polônia, depois do mês de junho de 1980, o movimento mais forte de auto-organização da classe operária que conhecemos desde a revolução russa. No espaço de menos de três meses, uns 8 a 10 milhões de trabalhadores se organizaram espontaneamente em quase todas as fábricas, nas empresas comerciais, no transporte, bancos, instituições de ensino, hospitais e universidades. Em relação a maio de 1968 na França, para não falar da Catalunha em 1936, foi um formidável passo adiante. A única comparação possível é com a revolução russa de 1917, onde evidentemente o movimento dos soviets ultrapassou o que se passa atualmente na Polônia, sobretudo do ponto de vista da consciência política e da permanência e duração do movimento.

A imprensa burguesa internacional, a imprensa a serviço da burocracia soviética e, infelizmente, também em parte, os dirigentes do movimento operário polonês, por razões diversas, tentaram apresentar este formidável movimento de massas espontâneo como um movimento essencialmente sindical.

A crise do POUP é grande: 40 a 60% dos membros do partido pertencem ao Solidariedade.

Fala-se muito do Sindicato Solidariedade, que é a instituição criada pelos trabalhadores. Na realidade, se observarmos a atividade dos trabalhadores que se organizam, independentemente das estruturas que existiam anteriormente na Polônia, controladas pela burocracia e pelo Partido, percebe-se imediatamente que é impossível resumir este movimento à fórmula "atividade sindical". É verdade que no início haviam reivindicações de tipo sindicalista, contra a alta dos preços e pelo aumento de salários, pela redução do tempo de trabalho, sobretudo nas minas de carvão. Mas olhando mais de perto, assim como na França em 68, na Itália em 69, na Espanha e Portugal em 74 e 75, os

Ernest Mandel Exclusivo

Da greve de massas ao socialismo da autogestão

Por Flávio Koutzii, de Paris

A eclosão de um forte movimento operário de oposição na Polônia questionou o "modelo" de socialismo burocratizado que é construído sem os trabalhadores e até mesmo contra eles. Por meio da greve de massas, os operários poloneses conquistaram o seu sindicato livre, o "Solidariedade", e agora usando os mesmos métodos de luta proletários conquistam os sábados livres e o acesso dos sindicatos à imprensa e aos meios de comunicação. Além disso o movimento de massas também colocou objetivamente na ordem do dia o tema de um socialismo democraticamente autogerido por conselhos de trabalhadores. Publicamos nesta edição uma entrevista exclusiva para o EM TEMPO com Ernest Mandel — teórico marxista belga e um dos principais dirigentes da IV Internacional — em torno da questão da luta operária anti-burocrática na Polônia.

trabalhadores espontaneamente deram às suas reivindicações, mesmo sindicais, um sentido de classe, progressista, que incorpora toda a experiência da classe operária internacional nos últimos anos, e isto é muito mais evidente na Polônia, onde por causa da burocracia faltam informações.

Notadamente, uma das coisas mais impressionantes nas reivindicações sindicais é o avanço sistemático de todas as reivindicações para defender as categorias menos bem pagas, para reclamar aumentos iguais para todos, ou mesmo aumentos maiores para as categorias com salários menores. É necessário sublinhar que estas reivindicações foram colocadas pelos trabalhadores dos arsenais navais,

que são os trabalhadores mais bem pagos do país, e que deliberadamente sacrificaram seus interesses de categoria e corporativos de grupo aos interesses de classe.

— **Que reivindicações qualitativas são essas que aproximam o movimento operário polonês da experiência internacional do proletariado? O controle operário, por exemplo?**

Os trabalhadores compreendem que a situação econômica é má, eles aceitam, em parte, o argumento da burocracia, inclusive da camada liberal e reformista, de que não adianta grande coisa aumentar os salários nominais se a produção não aumenta, argumento que é falso, mas deixemos isto de lado. Os burocratas argumen-

tam que não adianta aumentar os salários pois isto fará aumentar os preços. É por isto que os trabalhadores apoiaram as reivindicações salariais das camadas mais mal pagas, e não avançaram eles mesmos reivindicações salariais. Falo dos operários das grandes fábricas, dos operários mais bem pagos, que têm às vezes na Polônia salários três vezes mais elevados que as camadas menos bem pagas.

A ocupação soviética não tem como quebrar um movimento de 10 milhões de operários, a menos que organizem um banho de sangue. Mas será o começo do fim da burocracia soviética.

Os operários começaram a questionar desde o início a situação econômica má e a razão por que tudo vai tão mal. Eles começaram a exigir que fosse revelada a situação econômica real do país, que se colocassem as cartas na mesa. E em um país com uma economia não-capitalista não se trata de abrir o livro de contas e de abolir o segredo comercial, que é a expressão do controle operário. Em um país onde os meios de produção são nacionalizados, onde o estado dirige toda a economia, é preciso determinar a responsabilidade daqueles que fizeram o plano, a responsabilidade daqueles que decidiram os investimentos, examinar se esses investimentos foram feitos corretamente, se o plano era justo ou não. Se ele era justo porque não foi aplicado, de quem era a responsabilidade. E isto foi uma verdadeira inundação de revelações no país, de escândalos, de má administração e de corrupção burocrática. Em Gdansk, por exemplo, que permanece como o centro mais avançado da luta, a burocracia havia decidido construir uma segunda fábrica de material pré-fabricado para a construção de edifícios. Os operários disseram "é uma loucura, já existe uma fábrica que trabalha apenas com 30% de sua capacidade". Os operários relevaram que nas minas foram introduzidos, a preço muito elevado, comprado com divisas estrangeiras, know-



how de tratamento de certos minerais, quando havia know-how polonês, mais avançado e barato. Os operários disseram abertamente: "Os responsáveis que tomaram estas decisões foram comprados por empresas estrangeiras, receberam 'pots du vin' ("Bola"). E começaram a revelar uma lista de pessoas que recebiam "bolas" extremamente elevadas, da parte de firmas estrangeiras. O caso mais escandaloso, foi o caso, que apareceu em toda a imprensa mundial, do diretor da televisão que acumulou mais de 1 milhão de dólares em conta nos bancos estrangeiros, além de ter entrado num escândalo de prostituição. Tudo isso apareceu em praça pública.

— **O controle operário, no caso, revestiu-se de uma luta pela autogestão do plano?**

— A idéia de uma política econômica alternativa que possa ultrapassar a crise econômica da Polônia é enorme, foi aceita praticamente por todo mundo, inclusive, até mesmo pelo grupo liberal da burocracia. A reação de uma boa parte dos militantes sindicais do sindicato Solidariedade foi uma reação muito sã, "isto é nosso país, esta é nossa economia, queremos colaborar e fazer grandes esforços por uma nova política econômica mas com a condição de que tenhamos todas as informações e com a condição de que controlemos a aplicação desta política e que não sejamos enganados como fomos durante os últimos anos por estes dirigentes incompetentes e corruptos", dizem os operários.

Walesa retruca à provocação dos jornalistas franceses: "se os operários poloneses podem dirigir a Polônia porque os operários franceses não seriam capazes de dirigir a França?"

Mas se os operários estão todo o tempo procurando os responsáveis individuais, eles estão muito seguros de que o que está em jogo não são os responsáveis individuais, mas o sistema de direção. Se há um sistema de centralismo burocrático de planificação que se apóia exclusivamente nos interesses dos burocratas para realizar o plano, então a corrupção é inevitável. Eles opõem, contra o plano burocrático, soluções de autogestão, isto é, de gestão operária, de gestão descentralizada, com poder operário controlado democraticamente. O que vai diretamente no sentido do programa da IV Internacional e das propostas que os marxistas-revolucionários sempre defenderam em matéria de revolução política para os estados operários burocratizados.

— **Há um duplo poder estabelecido entre os sindicatos e as instituições burocráticas?**

— A força do movimento operário polonês é enorme e o seu conteúdo político é tal que penetra profundamente no Partido. O Partido Operário Unificado da Polônia é o partido da burocracia, é o partido que governa, mas ele tem sempre uma base operária. Segundo cifras diferentes dadas no último Comitê Central, porque houve cifras diferentes dadas por diversos oradores, entre 40 e 60% de membros do partido são membros do sindicato Solidariedade. Isto dá uma idéia da amplitude do movimento e da crise que se abate sobre o Partido. Em uma quinzena de cidades, os membros de base do Partido decidiram adotar uma estrutura informal, horizontal, de ligação entre as células de empresas com a estrutura do Solidariedade, ligação esta que tinha sido condenada como anti-estatutária pela direção do Partido. Formaram-se frações e tendências. Se este movimento se estende, será difícil à

direção burocrática controlar a situação.

Tudo isto indica que há uma dinâmica de confronto que foi desencadeada na Polônia. A burocracia soviética está consciente, a burguesia imperialista está consciente, uns e outros querem evitar a todo preço, pelo medo do que isto pode significar para o mundo, sobretudo na Europa. Mas é difícil ver como eles podem evitá-lo a curto e médio prazo.

— **Mas a invasão soviética não pôs um fim ao movimento de massas na Tchecoslováquia?**

— Geralmente se conhece mal no mundo o que se passou na Tchecoslováquia. A invasão soviética não acabou com o ascenso do movimento de massas, pelo contrário, ela a acentuou. O ponto culminante do movimento de massas aconteceu seis meses após a ocupação. O que quebrou o movimento na Tchecoslováquia não foi a ocupação, que não tinha força para isso, mas a capitulação dos seguidores de Dubcek no PC e que dirigiam o movimento e gozavam da confiança dos trabalhadores. Esta capitulação desorientou totalmente os trabalhadores. É preciso não esquecer que foi preciso excluir do PC tcheco mais de um milhão e meio de membros para normalizar a situação. Na Polônia, e esta é a grande diferença, os



operários não tem confiança, não tem nenhuma ajuda do POUP. Em 1956 e 1970 os operários ainda tinham alguma esperança e aceitaram a mudança na direção.

Em várias cidades membros de base do Partido criaram uma estrutura informal de ligação entre as células e a estrutura do Solidariedade, apesar da proibição da direção do partido.

Desta vez não há nenhuma ilusão que possa acalmar este movimento. Ele precisará ser quebrado e o problema é que a burocracia não sabe como. A ocupação soviética não tem como quebrar um movimento de 10 milhões de operários, a menos que organizem um banho de sangue, o que é impensável na condição mundial da Europa. Além disso, é muito provável que os soldados soviéticos não executem o massacre.

A burocracia será obrigada a negociar, a discutir com os trabalhadores. A ocupação nada resolverá e as suas consequências sobre o resto da Europa Oriental, sobretudo na União Soviética, são graves e podem ser o começo do fim para a buro-

cracia soviética. Posso parecer otimista mas não o sou. Não enxergo uma vitória rápida se não há uma direção revolucionária.

Há uma confusão ideológica enorme. Os operários tem uma força espontânea, uma capacidade de organização, eles demonstram uma inteligência política absolutamente extraordinária e sobre o plano tático raramente vimos coisas semelhantes. Isto mostra um fenômeno mundial de maturação da classe operária sobre a qual demos ênfase no último Congresso Mundial da IV Internacional. Mas tudo isso não é ainda o último passo. O último passo é a tomada do poder, é a constituição de uma República de Conselhos Operários como forma de exercício do poder. Ora, isto exige um Partido Revolucionário de vanguarda, uma visão de conjunto sobre todos os problemas, compreendidos aí todos os problemas da luta de classes internacional. E isto não existe atualmente, mas antes que isto amadureça é preciso tempo.

— **Quais são as condições para uma resisistência eficaz contra a ocupação soviética?**

— A conquista principal dos operários foi a organização fábrica por fábrica e cidade por cidade. Foi o Comitê Inter-Fá-



des e a nível nacional através do Solidariedade, afirmaram sua relação com o socialismo e com o sistema social e econômico que existe no país. Sua vontade não é mudar esse sistema. Em uma longa entrevista ao jornal *France-Soir*, Lech Walesa repetiu pelo menos umas seis vezes: "Não podemos imaginar um outro sistema social na Polônia que o sistema que existe atualmente. Queremos que ele funcione sob a direção dos operários, a serviço dos operários, mas não queremos mudá-lo".

É difícil para a burocracia explicar como a imensa maioria da classe operária polonesa, 10 milhões de filiados ao Solidariedade dentro de uma classe de 12,5 milhões de assalariados, está organizada automaticamente.

A conquista principal dos operários foi a organização por fábrica. Esta é a base dos sindicatos e é muito difícil destruí-la, pois seria preciso fazer como os capitalistas — dispensas em massa — e isto não pode ser feito na Polônia.

Como que 80% da classe operária tornou-se anti-socialista? Ela foi manipulada pela mentalidade de alguns agentes reacionários infiltrados? A constituição polonesa, como todas as constituições do Leste europeu, proclama o papel dirigente da classe operária antes de proclamar o papel dirigente do partido. Logo aí há uma contradição flagrante e explosiva entre o papel dirigente que a classe operária reclama e que ela quer exercer publicamente, em todos os níveis da vida social, e o chamado papel dirigente do partido que ela recusa, pois se mostrou incompetente, incapaz, corrompido, repressivo, destruidor das liberdades democráticas e dos interesses dos trabalhadores.

Uma fonte de confusão provém do fato que Walesa é católico, que o clero e a Igreja jogou incontestavelmente um papel nessa história. Mas que papel? É preciso ser claro sobre isso. A Igreja jogou constantemente um papel moderador, constantemente moderador. Os marxistas-revolucionários não são contra as liberdades religiosas, pelo contrário, consideramos que estas conquistas são uma conquista do país, ao lado da luta contra a censura e pelos direitos democráticos. Reclamamos simplesmente que este mesmo direito seja estendido aos socialistas, aos comunistas de oposição, aos marxistas-revolucionários, a todas as correntes ideológicas e filosóficas.

Mesmo um homem como Walesa, que vai todos os dias à missa, que é muito influenciado pelo clero, no entanto, é sob a pressão dos 10 milhões de operários que ele organiza. Quando vemos suas opiniões sobre questões econômicas e sociais percebe-se que a consciência de classe o influencia muito mais do que o clero. E nada explica isto mais claramente que a resposta que Walesa deu ao jornalista do *France-Soir* que o incomodava constantemente com a questão "qual o teu modelo de sociedade?" ou "o que você pensa da democracia parlamentar ocidental?". E o líder polonês respondia a todo tempo "nós somos pelo socialismo, nós não temos outro sistema, etc". Finalmente irritado ele disse: "Se os operários poloneses são capazes de dirigir a Polônia porque os operários franceses não seriam capazes de dirigir a França?"

CUBA



2 - Poder Popular e Democracia Socialista

Neste segundo artigo da série que o semanário francês Rouge dedica aos problemas atuais da revolução cubana, Jean-Pierre Beauvais trata do "poder popular". Este conjunto de instituições foi instaurado depois do 1º Congresso do PC cubano, em 1975.

Meia-noite... A reunião de "prestação de contas" do delegado ao poder popular municipal deste bairro de Boyeros, nos arredores de Havana, começou há mais de três horas. Aproximadamente duzentas pessoas se encontram, como sempre acontece a cada três meses, neste local aberto. Ambiente animado: o presidente precisa, frequentemente, chamar a atenção dos participantes. Na parede, Che Guevara e duas faas. "O direito de destituir o delegado: aspecto fundamental da democracia proletária" e "O delegado não é seu chefe, você o elegeu, você pode destituí-lo".

Uma hora mais tarde, quando a sessão se levanta, além do informe inicial do delegado — sobre a atividade da assembleia popular municipal e sobre sua atividade de representante do distrito — sete pontos foram tratados, dos quais quatro por iniciativa da assembleia. Problemas de ruas, extensão de um parque de diversões, mau abastecimento de um armazém, incompetência do responsável por uma cafeteria, deficiência da comissão eleita de repartição do cimento; as questões tratadas são de nível estritamente local, mas são da que afetam diariamente a vida dos participantes da reunião.

"O delegado não é teu chefe"

Na saída, Emilio, o delegado, parecia satisfeito: "Entre esta assembleia e a da semana anterior" (as reuniões são divididas para permitir uma melhor participação), "vieram perto de 75% dos eleitores. Os problemas colocados são reais; as soluções propostas construtivas. Agora cabe a mim intervir para que elas sejam colocadas diretamente em prática ou discutidas na assembleia municipal".

As 174 assembleias municipais com que conta a Ilha são a estrutura de base essencial do "poder popular". Encarregadas de fazer as leis serem aplicadas, tocadas organizar e regulamentar a vida

municipal. Elas são responsáveis pelo funcionamento e pela organização das administrações de todos os setores de atividade econômica e social na escala da municipalidade. São elas também que designam, substituem ou destituem os diretores administrativos e os diretores de empresa de caráter local. Enfim, são elas que elegem e destituem os juizes dos tribunais populares de sua área. Estas funções, as mais importantes entre muitas outras, refletem a vontade de fazer uma grande descentralização, depois do hiper-centralismo — "o burocratismo centralizado", como se diz correntemente em Havana — que prevaleceu nos quinze primeiros anos da revolução.

Estas assembleias são compostas de delegados (entre 30 e 200) que, como Emilio, representam cada um um distrito de 500 a 600 eleitores em média. Os distritos são divididos em zonas (de 2 a 8) para o processo de designação de candidatos. Cada zona deve propor seu candidato, eleito em assembleia geral, a partir das proposições feitas no seu interior pelos eleitores que a compõem, e apenas por eles. A trajetória individual, a biografia, são os critérios determinantes. Os candidatos das diversas zonas constituem, de fato, a lista dos candidatos ao nível do distrito. É pela votação, que pode ser em dois turnos, na falta de maioria absoluta no primeiro escrutínio, que o delegado será eleito depois de uma "campanha eleitoral", também ela centrada na sua biografia. A não ser por uma tarefa excepcional, o delegado deverá exercer sua atividade — que não é remunerada — fora das suas horas de trabalho.

O conteúdo real deste conjunto de procedimentos, do mesmo modo que o das assembleias de prestação de contas, isto é, a relação entre o poder popular local e as massas, deve ser compreendido a partir da realidade dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR.)

Os Comitês de Defesa da Revolução

Mais de vinte anos depois da sua criação para mobilizar o povo na perspectiva de um ataque imperialista, os CDR, com seus cinco milhões de membros (ou seja, mais de 80% da população entre 14 e 65 anos), continuam a ser a organização de massa fundamental em Cuba. Com suas atividades sociais e "vigilância", suas reuniões regulares de formação e discussão política, é no seu interior que, rua por rua, as massas se estruturam e se mobilizam.

Não são "eleitores" passivos, mas "cidadãos organizados" aos CDR que propõem e elegem o candidato, debatem suas atividades ou... o destituem. Este direito, por exemplo, que foi exercido centenas de vezes desde a instauração do poder popu-



Manifestação pelo aniversário da revolução

lar, não poderia ter existido sem a organização em CDR.

Regionalmente e nacionalmente, a realidade é completamente distinta. Aí, delegados ou deputados têm por únicos eleitores os delegados municipais. Eles não saem necessariamente das instâncias municipais que os elegem e que eles devem representar. Uma proporção importante, embora minoritária, é proposta diretamente à eleição dos delegados municipais pelo aparelho Central do partido e do Estado, em nome de uma "competência" necessária.

Nestas condições, as prestações de contas e o controle da atividade, o procedimento de nomeação e a possibilidade de revogação são em muito grande medida formais e escapam a todo controle real das massas.

Enquanto o sistema de designação de candidatos — delegados municipais, em assembleias de eleitores por zonas restritas — limita as possibilidades de manipulação pelo aparelho do partido, regionalmente e nacionalmente é ele que, de fato, tem a iniciativa das nomeações. Este aspecto se combina com o dos critérios que, em todos os níveis, presidem a escolha de candidatos. Critérios biográficos, da devoção a causa revolucionária, e jamais um critério político, aliás inconcebível na medida em que o debate de orientações existe. Localmente, no distrito, as assembleias municipais, o critério moral da devoção a revolução aparece como naturalmente necessário e suficiente para os eleitores. Ele se adapta ao que são, antes de tudo, as tarefas neste nível: gerir da melhor maneira e resolver o fluxo de problemas de todas as ordens que se colocam.

Regionalmente, e sobretudo ao nível nacional, a boa biografia, a devoção à revolução, sem serem desprovidos de conteúdo, são "leves" na falta de outros critérios políticos. É então fácil — e muito comum — confundir devoção à revolução e devoção ao aparelho, à direção; confundir devoção e seguidismo. Fidel Castro várias vezes já denunciou este meca-

nismo. Mas o seguidismo parece ser uma qualidade requerida para ser membro de uma Assembleia provincial ou da Assembleia nacional do poder popular, cujo papel consiste em pôr em forma jurídica e registrar as decisões da direção real do país: o burô político e o secretariado do partido.

A brevidade das sessões, independentemente da importância dos textos examinados, o número reduzido de intervenções e o caráter formal dos debates só podem confirmar esta apreciação.

O apoio que a direção castrista goza

Nas municipalidades e seus bairros, o poder popular exprime a permanência e a profundidade da mobilização das massas cubanas. Mais ainda do que os desfiles sem fim e as mobilizações gigantescas, ele é a prova do apoio massivo — e frequentemente entusiástico — de que se beneficia até agora a direção castrista. Ele ilustra a vontade desta direção de manter e mesmo reforçar esta mobilização, sua consciência, e de buscar aí o essencial da sua força.

O "poder popular" é também, por outro lado, uma tentativa para fazer desta mobilização um instrumento de luta contra o que ela chama de "burocratismo", isto é, a ineficácia administrativa — contra os desperdícios, e incompetência e os "pequenos privilégios" de muitos quadros locais.

Mas, se além das municipalidades e dos distritos, além dos problemas da "aplicação das orientações", o "poder popular perde toda sua substância, é porque ele continua a ser o produto — e o instrumento — da concepção parteralista que a direção cubana tem da sua relação com as massas. Esta concepção o leva a querer remediar a ineficácia e o desperdício — produtos típicos de escolhas impostas de cima às massas — fazendo economia de um sistema de democracia socialista no qual as escolhas são feitas pelos próprios produtores, graças aos mecanismos de um verdadeiro poder operário. A combinação, como prevalece em Cuba, de um regime de partido único e da impossibilidade prática para todas as correntes de pensamento de se exprimirem no interior do partido, é aliás incompatível com um tal sistema.

Apesar de tudo o que tem de positivo para as massas cubanas, o "poder popular" é, com seus limites, o produto desta combinação. Seria falso ver nele o embrião de um verdadeiro poder operário. Vinte e dois anos depois da vitória, ele continua antes de tudo a forma institucionalizada de uma relação única — neste nível e por um período tão longo — entre a direção de uma revolução e as massas.

aparte

Por Um EM TEMPO mais popular

Companheiros,
Há dois anos atrás mudei-me para um bairro de periferia de Belo Horizonte, onde iniciei militância em movimentos populares (associação de bairro). Antes não tinha qualquer experiência do gênero. Hoje estou no PT, atuando no interior, na região onde nasci. Acho importante atuar no interior, porque na capital já tem muitos vanguardistas.

Um dos principais problemas de interior é a falta de informações independentes. Sobre o PT não existe qualquer notícia nos veículos de comunicação que chegam à cidade. Como era necessário montar urgentemente um esquema de informações principalmente ao pessoal que já fecha com o PT, achei importante levar o jornal EM TEMPO até eles, já que este jornal dá cobertura ao PT. Vendi 70 (setenta) assinaturas, não só ao pessoal de PT, mas a colegas de trabalho e alunos que se solidarizaram contra a repressão às bancas. E é por causa das críticas destes últimos que me motivei a escrevê-los. Trata-se de pessoas liberais, classe B e C, sem posição política assumida. Me disseram: "O jornal tem dado cobertura excessiva à briga de sindicatos de São Paulo. Quem leu um exemplar não precisa ler o outro, porque só da Décio Malho".

Eu acho que ele deveria servir também para formar vanguardistas (interior principalmente), porque senão ele fica limitado, se auto-consome se ficar só com um grupo. A linguagem precisa ser mais chão. O jornal **Companheiro**, por exemplo, facilita a leitura por pessoas de menor cultura escolar. Já o **Hora do Povo** acho esquisito as manchetes, sem sentido, sem conteúdo, fora da realidade (Revolução à vista, Figueiredo não é cristão, etc.).

Tem textos do EM TEMPO que contêm siglas que podem ser do conhecimento do pessoal mais vivenciado politicamente, mas não o é para um iniciante. Pelo menos uma vez precisa colocar por extenso.

O mais importante, por exemplo, para o interior (religiosidade) nesta semana seria o caso Padre Vito, que não mereceu nenhuma menção no nº 117.

Bom, isto é o que eu penso, dentro de minha acanhada formação política.

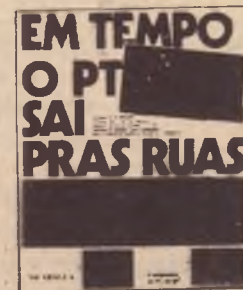
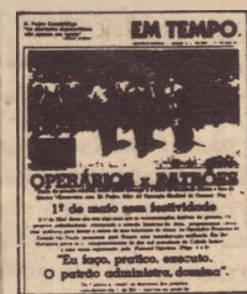
PT, Saudações GERALDO MAGELA

Campanha financeira

Por um **EM TEMPO:** cada vez melhor

1.000 novos assinantes até março

Um jornal de combate à ditadura engajado na construção do PT



As assinaturas do EM TEMPO vêm crescendo passo a passo ao longo de sua trajetória numa média de cerca de 150 por mês. Hoje contamos com 2.500 assinantes. No entanto avaliamos que o potencial para a aceitação e crescimento de um jornal como o EM TEMPO é muito superior a esta situação. Hoje são milhares e milhares de pessoas que ingressam na luta contra a ditadura e a exploração, que militam no PT, configurando assim um público privilegiado ao qual o jornal se destina amplo e crescente. Tudo depende de um esforço para produzir um jornal cada vez mais útil e necessário, e um apoio concreto de todos os atuais assinantes, leitores, amigos e colaboradores na venda de novas assinaturas ou mesmo na obtenção de doações por parte daqueles que já sejam assinantes. Nossa meta é conseguir mil novos assinantes até março, dentro desta primeira etapa de nossa campanha para 81. Contamos com você.

Faça uma assinatura e ganhe de brinde um cartaz do 'Che'



Receba o cartaz nas sucursais do EM TEMPO. Caso não haja sucursal na sua cidade aguarde-o pelo correio.

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leirão, 57 - Pinheiros - SP.
CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: (R\$ 800,00 () Apoio: (R\$ 2.000,00 () Exterior: (US\$ 50,00 ()

Nome:
Endereço: Bairro:
Cidade: Estado: CEP:

EM TEMPO: Geral

No final do ano passado EM TEMPO completava seu terceiro aniversário. Desde então temos vivido um processo de reavaliação destes três anos de trabalho, procurando daí retirar nossas linhas editoriais para 1981. Reuniões do coletivo do jornal, na sede e nas sucursais, vêm preparando propostas e sugestões que serão debatidas e votadas em nossa próxima assembléia. Na tentativa de sintetizar estas sugestões, a Diretoria da Editora Aparte está finalizando um texto onde propõe todo um conjunto de adequações de nosso projeto, concretizando assim, a seu ver, nossa linha de um jornal de combate à ditadura militar engajado na construção do PT. O texto já estará nesta semana sendo enviado a todos os trabalhadores e colaboradores do jornal e será publicado resumidamente em nossa próxima edição. Ao mesmo tempo a Diretoria toma já a iniciativa de convocar para o dia 22 de fevereiro a Assembléia Geral da Editora Aparte que desfechará todo este processo de debates e elegerá nossa próxima direção. Desta assembléia participam todos os trabalhadores e colaboradores do jornal; mas a ela estão também convidados a virem dar suas contribuições todos os amigos do EM TEMPO.

A DIRETORIA

Assembléia Geral da Editora Aparte S/A

Dia: 22 de fevereiro, às 20 horas

Local: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo
R. Rego Freitas, 571 - sobreloja

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Raul Pont, (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte,

Suplente: Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sergio Papi e Paulo Roberto Borges

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. Rio de Janeiro: Caixa Postal 4680. Salvador: Av. Joana Angélica, 8 sala 44. Fortaleza: R. Pedro I, 1490 - Tel. 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.
R. Francisco Leirão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880

Impresso nas oficinas da Cia. Editora Joruês, rua Gastão da Cunha, 49 - tel. 531-8900 - SP.

5 de fevereiro de 1967: morre Violeta Parra

La peña de los Parra

Seu canto, um eterno grito de liberdade

Por Jorge Posadas

Dia 5 de fevereiro completou 14 anos da morte de uma das maiores intérpretes e compositoras da canção, latinoamericana — Violeta Parra. Apesar de somente terem se popularizado no Brasil muitos anos após sua morte, as composições de Violeta Parra são, há muito tempo, parte fundamental do patrimônio cultural chileno e de toda a América Latina.

Victor Jara, compositor chileno da mesma geração da música denominada “social”, assassinado pela ditadura militar chilena em 1973, escreveu sobre ela:

“A canção social chilena tem sua origem em Violeta Parra. Digamos que esta canção fundamenta seus ritmos na utilização dos instrumentos folclóricos. Violeta Parra iluminou, esclareceu... Porque a canção dela tinha tanta força, tanto poder e seguirá tendo? Por que se tratava de uma canção fundamentada na raiz folclórica.”

Violeta nasceu em 1917, em San Carlos (Nuble), na região central do Chile. Aos 12 anos escreve suas primeiras composições. Canta em bares, circos, cabarés. Com 36 anos, em 1953 e 54, surge a Violeta Parra que conhecemos: a cantora do humano, do folclore nacional, do cotidiano de seu povo. Faz pesquisas pelo interior chileno. Em 1955 participa do Festival da Juventude na Polônia. Em Paris grava seu primeiro disco para “Chants du Monde”, do Museu do Homem.

Volta ao Chile e une sua capacidade criadora na música popular à de tapeceira que inventa técnicas e materiais, à de especialista em cerâmica e de pintora. Viaja pelo mundo. Canta com seus filhos Isabel e Angel durante três anos em Paris. Em 1964 retorna ao Chile e inaugura uma “peña folclórica”, uma casa onde se apresentavam músicas folclóricas. Em pouco tempo tornou-se a mais famosa de Santiago: a “peña de los Parra”.

A 5 de fevereiro de 1967 decide partir e põe fim a sua vida.

Em janeiro de 1970, o poeta Pablo Neruda, em sua “Elegia para Cantar”, cantava a Violeta:



Quando naciste fuíste bautizada como Violeta Parra: el sacerdote levantó las uvas sobre tu vida y dijo: “Para eres y en vino triste te convertirás”. En vino alegre, em pícaro alegría, en barro popular, en canto llano, Santa Violeta, tú te convertiste, en guitarra con hojas que relucen al brillo de la luna en ciruela salvaje transformada, en pueblo verdadero, en paloma del campo, en alcancía.”

Violeta Parra, “Violeta de los Andes”: quando se escreva a verdadeira história da América Latina e se procure em suas estranhas a riqueza cultural de seus habitantes, um nome que não será esquecido será o de Violeta, a “Violeta de los Parra”.

Não importa que se queimem livros e idéias, que se assassine e torture na sua pátria e seu continente. O canto de Violeta, tal qual o canto do povo, sobrevive às ditaduras fascistas e renasce com a força das sementes de liberdade.

“Me mandaron una carta por el correo temprano, en la carta me dicen que cayó preso mi hermano y sin compasión con grillos por las calles do arrastraron. Si...”

La carta dice el motivo que ha cometido Roberto: Haber apoyado el paro que ya se había resuelto. Si acaso ésto es un motivo preso voy también, sargento. Si...

Yo que me encuentro tan lejos, esperando una noticia, me viene a decir en la carta que en mi patria no hay justicia. Los hambrientos piden pan, los molesta la milicia.

Habrás visto insolencia, barbarie y alevosía, de presentar el trabuco y matar a sangre fría. Hay quien defensa no tiene con las dos manos vacías. Si...

La carta que me mandaron me pide contestación: yo pido que se propale por toda la población que el león es un sanguinario en toda generación. Si...

Por suerte tengo guitarra y también tengo mi voz, también tengo siete hermanos fuera del que se engrilló, todos revolucionarios con el favor de mi Dios. Si...

(canção “La Carta” de Violeta Parra)



“Contra la guerra”: quadro pintado por Violeta